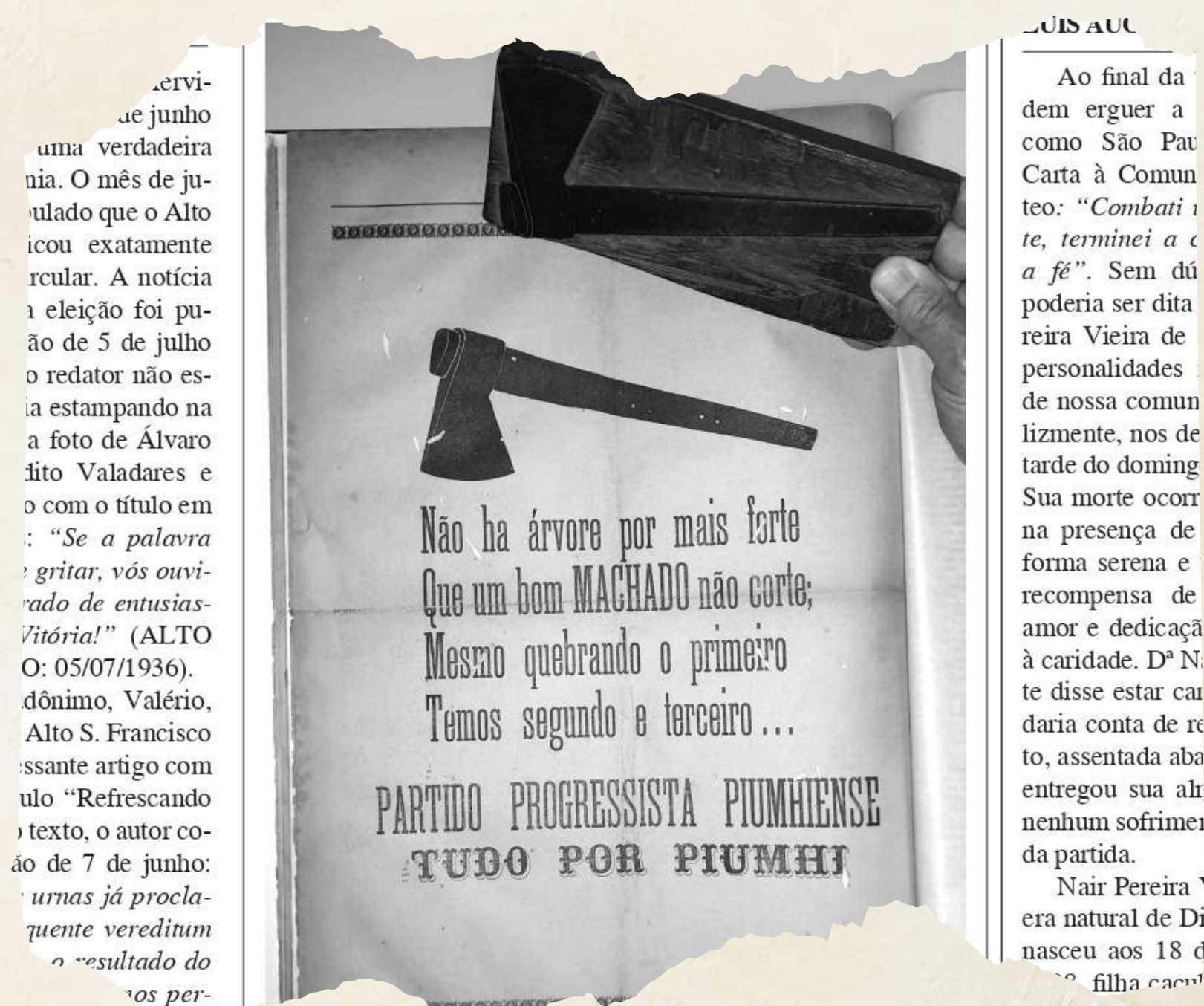


Memórias



*que marcaram a história
de Piumhi*

Jornal Alto São Francisco
12/01/2025 à 29/06/2025



Igreja do Rosário



Sumária

A campanha eleitoral para as urnas de 1936 : é chegada a hora de Piumhi	4
No meio da campanha eleitoral um telegrama falso: um tiro pela culatra	5
A eleição de 7 de junho de 1936	6
Álvaro Arantes é conduzido ao cargo com placar de 6 a 4	7
A renúncia de Álvaro Arantes e o governo municipal no Estado Novo	8
Agonia do Estado Novo, a redemocratização e o surgimento dos Partidos	9
A ‘Última Vassourada’ e a criação da UDN piumhiense	10
A origem do PSD piumhiense: o ALTO em 16 edições passou a ser um verdadeiro “órgão do PSD”	11
A rixa PSD x UDN: uma disputa política que influenciou o cotidiano da cidade e dividiu a sociedade nos idos de 1940/1960	12
Padre Abel de Abreu Vouguinha: desequilíbrio do fiel da balança política piumhiense ou ‘êmulos do Padre Cícero’	13
Primeiro confronto direto entre UDN e PSD: dezembro de 1945	14
‘Vá chorar na cama, que é o lugar mais quente!': o recado era claro: a UDN deveria lamentar a derrota, pois a expressiva votação de Dutra havia garantido a continuidade do governo do PSD	15
Sai José de Acayaba e entra Alfredo Guimarães Chaves: entre a vitória do PSD e a revanche da UDN, Piumhi troca de juiz	16
A premieria revanche da UDN: governo de Minas	17
Rumo às urnas: as convenções de 1947 e a disputa eleitoral entre a UDN, PR e o PSD	18
A segunda revanche: dobradinha da UDN na prefeitura de Piumhi e na Câmara Municipal em 1947	19
Instalação da Câmara: um marco democrático	20
‘A chegada do progresso e da modernização municipal’	21
UDN e PSD se alinham para mais uma disputa nas urnas: a movimentação política em Piumhi nas eleições de 1950; partidos, lideranças e o ambiente social no calor da campanha eleitoral	22
A eleição de 1950: vitória udenista, reconfiguração política e clamor da continuidade	23
O programa de governo de Clóvis Couto: compromissos de uma nova administração: ‘Confio no futuro de Piumhi’	24
‘Uma toga manchada pela mácula do crime’: boletins denunciam Dr. Alfredo Guimarães Chaves: escândalo silenciado	26
Quem foi, afinal, o juiz Dr. Alfredo Guimarães Chaves?	27
Honra em julgamento: conflito entre o Juiz Alfredo e o deputado Maurício de Andrade	28

A campanha eleitoral para as urnas de 1936 É chegada a hora de Piumhi

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Voltando do merecido recesso de fim de ano, através das páginas do ALTO S. FRANCISCO continuaremos a dar eco à antiga política piumhiense, mas não sem antes desejar a todos um ano novo cheio de saúde e realizações. A organização política da cidade previa inicialmente a formação de uma frente única, mas logo ocorreu a cisão, dando origem a dois partidos. De um lado, os situacionistas, com o Partido Progressista Piumhiense (PPP), fundado por Álvaro Arantes. Como oposição, foi criado o Partido Progressista Municipal (PPM), tendo à frente Dr. Manoel Hermeto Júnior.

As reuniões para criação dos partidos ocorreram em fevereiro de 1936. Decorrido um pequeno intervalo de tempo, Manoel Hermeto Júnior abandonou o PPM, unindo-se a Álvaro Arantes. Da união, surgiu a chapa do PPP, que contava com seus primeiros candidatos: Álvaro Arantes, indicado ao cargo de prefeito, e, a seu lado, Manoel Hermeto, candidato ao de vereador, vez que na aquela eleição não previa a função de vice. O PPM lançou como candidato ao cargo de prefeito João Leite Praça. As eleições seriam realizadas em duas etapas: primeiramente, em 7 de junho de 1936, seriam eleitos dez vereadores pelo voto direto. Instalada a Câmara, os vereadores elegeriam pelo voto indireto o Prefeito Municipal de Piumhi.

O pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil em Piumhi, Reverendo Antônio Nunes de Carvalho em artigo publicado no jornal Alto S. Francisco de 13 de janeiro de 1935 apresentou, formalmente, o que já se corria em 'boca miúda' pelas ruas da cidade: a candidatura de Álvaro Arantes para prefeito de Piumhi. O pastor em seu texto de título 'Uma candidatura que se impõe' destacou: *"Piumhi atravessa um período interessante e muito importante de sua história. Esta fase de reconstrução e organização tem para esta terra um significado especial. (...) Há, seguramente, entre os filhos desta terra muitos que o poderão fazer com galhardia. Nós, como observador, acompanhando com vivo interesse os movimentos que se processam neste lugar e no Estado, observando as ligações naturais e que melhor servirão aos interesses legítimos de Piumhi, tomamos a liberdade de dizer uma palavra sobre um dos nomes que nos parece consultar muito de perto aos maiores interesses desta terra. É o nome de Álvaro Arantes, que a nosso ver, sem desmerecer em nenhum dos grandes e ilustres nomes de outros cidadãos que poderão ser lembrados, se impõe, neste tempo, como explicaremos. Trata-se de um cidadão sobejamente conhecido, cujas qualidades, melhor que nós, reconhece todo o povo. Estando o sr. Álvaro Arantes muito bem colocado, gozando de uma posição invejável no município, no lugar que ocupa, não é ambição monetária que a sedução, é principal e particularmente o ardente desejo de servir a sua terra, sabendo ele que está em condição de fazê-lo. Suas ligações políticas, no momento, são a garantia do que afirmamos. O sr. Álvaro Arantes é sobrinho e muito íntimo do dr. Abílio Machado, digníssimo representante de Piumhi, junto ao governo do dr. Benedito Valadares. (...) Prestigiar este candidato sem desmerecer dos outros.*



Álvaro Arantes e João Leite Praça: concorrentes à Prefeitura de Piumhi em 1936

Dar apoio necessário ao sr. Álvaro Arantes, de modo, poder ele constituir-se solidamente um elo que ligue Piumhi ao dr. Abílio Machado, que está ligado estreitamente ao governo. Estude-se desapassionadamente o problema e ver-se-á que esta é a verdade" (ALTO S. FRANCISCO: 13/05/1935).

A publicação do pastor Nunes de Carvalho colocou fogo na política piumhiense. Alguns aprovaram sua sugestão por crer que era o melhor para Piumhi, outros, entretanto, repudiaram o posicionamento causando reações imediatas. Uma dessas reações foi publicada a pedido por Norberto Costa em 5 de fevereiro de 1935, portanto, no calor das discussões. O texto de Norberto Costa foi publicado 'A Pedidos', ou seja, não expressava o posicionamento ideológico do jornal. O título do artigo era forte e provocante: 'Polítiqueiro Vulgar'. Na crônica, o autor soltou o verbo sem dó nem piedade: *"O ministro Nunes de Carvalho, levado por um desabrido entusiasmo ou por motivos que só Deus conhece, lançou, em artigo mal confeccionado, a candidatura de Álvaro Arantes à presidência do município. Sei que não estou na altura de dar opinião sobre o candidato em apreço, mas não posso deixar de manifestar-me sobre a atitude do sr. Carvalho a quem até então eu considerava como ministro do Evangelho vendo agora que ele não passa de um politiqueiro vulgar. O que disse acima fica provado com seu procedimento por ocasião do pleito último -- não votou em Abílio Machado, mas aderiu fortemente ao mesmo depois de eleito. Com procuração de Alcino Salazar, do PP, trabalhou pelos Novos Inconfidentes certo de que teria lá um ou dois ministros, contando os votos pelo rol da Igreja, mas o voto secreto deu um resultado que não era esperado... Como simples eleitor que sou, não tenho opinião formada sobre a política municipal e nem digo que negarei meu voto ao sr. Álvaro Arantes, mas não posso deixar de reprovar o gesto infeliz do sacerdote presbiteriano que não andou com acerto. O seu procedimento é mesmo, aos olhos da opinião esclarecida, passível de severa censura. Para o sr. Álvaro Arantes, si o sr. Nunes foi impudente em questões políticas, como se mostrava tratando de religião, a aquisição do elemento Carvalho não passa de um presente de regalo. Sob o ponto de vista moral, desagradou sobremaneira o ato do ministro de Cristo pela mostra de estreiteza com que interpreta a sua missão tão elevada, o que significou com prejuízo do decoro e dignidade da Igreja que representa. Há mais um aspecto a focar nesse deplorável caso: é*

a grave injúria feita aos interesses da congregação local, composta na sua maioria de pessoas pobres que tiram de suas rendas escassas o ordenado do ministro e este, traindo as suas ovelhas recebe delas salário e se intromete em questões políticas que trarão prejuízos para a Igreja que, para ser cristão, não pode ter partidos, conforme disse o apóstolo Paulo na carta aos Colossenses, capítulo III e 11: Ubi non est gentilis, et judeus, circumcisio, et preputium, Barbarus, et Scythia, servus et liber; sed omnia, et in omnibus Christus. Coerente com o meu modo de pensar, mesmo que apoiasse a a candidatura apresentada não poderia apoiar o gesto do ministro Carvalho. Pelo contrário faço gala em lavrar protesto contra a intromissão dos ministros em questões políticas" (ALTO S. FRANCISCO: 05/02/1935).

A réplica de Nunes de Carvalho não demorou muito, porém veio de maneira menos agressiva e evitou citar nomes de políticos locais: *"É chegada a hora quando todo o cidadão piumhiense deverá sondar, assuntar cuidadosamente a atmosfera, observar o horizonte e estudar a situação municipal, para dar um passo firme, seguro e dessiso em favor desta terra benfazeja. É a oportunidade muito especial de Piumhi, quando os ventos começam a soprar favoravelmente"* (ALTO S. FRANCISCO: 21/04/1935). Segue Nunes de Carvalho citando os benefícios que Piumhi poderia receber de Abílio Machado e Benedito Valadares e conclui sua narrativa destacando *"Não é hora de imposição, é hora de concórdia, de harmonia, de paz e de trabalho pela grandeza e prosperidade de Piumhi e desta região, assim como de todo Estado e do Brasil. Ponhamos de lado os preconceitos, esqueçamos os partidos e pensemos que somos hoje um bloco unido, estreitamente unido para o bem desta terra e das gerações que nos sucederão. Vamos, piumhienses, demos as mãos no interesse de Piumhi. Vendo mais ao longe, entremos em franca cooperação com os municípios vizinhos, com eles enfrentemos os problemas comuns, quanto ao intercâmbio, estradas, profilaxia, instrução e administração. Somos todos brasileiros, somos todos mineiros, somos todos piumhienses, no justo interesse de Piumhi -- somos irmãos. Deixando as coisas que ficam para trás, unindo-nos, poderemos dizer com fé sincera e devocionalmente: 'Pai Nosso que estás nos céus'. Pugnemos por uma verdadeira confraternização. É chegada a hora de Piumhi"* (ALTO S. FRANCISCO: 21/04/1935).

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

No meio da campanha eleitoral um telegrama falso: um tiro pela culatra

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Ao analisar a história da política percebemos que é um jogo, onde há políticos e políticos. Alguns adotam estratégias melindrosas para alcançar seus objetivos. Um piumhiense, utilizando-se do anonimato enviou um telegrama ao Presidente da Assembleia de Minas, Dr. Abílio Machado informando que os Coronéis Moisés Gonçalves Ferreira e José Soares de Oliveira, influentes moradores no distrito de São Roque, tinham deixado de apoiar a candidatura de Álvaro Arantes. Ao saberem do fato ambos telegrafaram a Abílio Machado “desmentindo as invencionices do telegrama falso atribuindo-lhes atitude diferente” (Alto S. Francisco 22/03/1936) ao apoio de Álvaro Arantes.

O redator pontuou ainda: *‘Nem sombra de dúvida conseguiu o telegrama apócrifo lançar no espírito dos companheiros e correlegionários dos chefes visados quanto à atitude dos mesmos. Homens de atitude franca e definida, firmes nas suas resoluções e leais, só pensar na possibilidade de uma transigência inoportuna, seria uma grave ofensa, seria uma injúria à sua honestidade inabalável, à honradez inamolgável de quem se pode aceitar um fio de cabelo, como nos tempos antigos, por documento de valor’* (Alto S. Francisco 22/03/1936).

A notícia do telegrama falso enviado ao Dr. Abílio Machado espalhou-se rapidamente pela cidade e a deixou ainda mais em polvorosa do que estava. O conteúdo do telegrama tinha como objetivo colocar o presidente da Assembleia ‘ao par de hipotéticas ocorrências na política de Piumhi’ (Alto S. Francisco 15/03/1936). José Firmino Pereira, utilizando-se de seu jornal em texto com o sugestivo título ‘Tiro pela culatra’ condenou ferozmente a estratégia política utilizada pelos adversários do PPP: ‘Método tão baixo de se fazer política, tão vil como esse de que lançaram mão os adversários inescrupulosos do pujante PPP, não devia vir a essas colunas do jornal, não fosse a necessidade de marcar a consciência dos mentirosos — se é que possuem resquício de consciência — até que possamos lhes marcar a frente com ferro em brasa da ignomínia pública — com o cognome de falsários criminosos. Lançando mão de desvelada mentira, para reter uma situação que lhes foge porque não se baseia na vontade popular; para conseguir o prestígio que lhes falta, forçando o afastamento de uma candi-

tura vitoriosa porque, é expressão da vontade do povo, deram os falsários criminosos uma triste amostra da mentalidade, que os domina, do tino político e da inteligência que os norteiam’ (Alto S. Francisco 15/03/1936).

A indignação do jornalista continuava: ‘Não pensaram sequer que a mentira se desfaz por si mesma. Que nem os gênios conseguem dar-lhe forma duradoura. No desespero de causa, a mentira foi a taboia de salvação dos naufragos da moral e do bom senso’ (Alto S. Francisco 22/03/1936).

Por fim, o redator do jornal descreve o resultado alcançado pelo telegrama falso: *‘O resultado do telegrama falso, a que opuseram criminosamente o nome de um moço digno porque dele o destinatário não podia duvidar, dadas as suas relações de amizade, foi o que se pode chamar um tiro pela culatra. Em vez do afastamento do candidato do Partido Progressista, afastamento que seria a única esperança de uma vitória impossível, com a qual não contarão de outra forma, reavivou, intensificou o fogo sagrado entusiasmo pela nossa vitória próxima, com o alijamento definitivo dos falsários criminosos do ambiente político de Piumhi. E ao exmo. sr. dr. Abílio Machado forneceram, com as próprias mãos, elementos para o julgamento definitivo do quilate moral dos planejadores de golpes’.*

Não será lançado mão da mentira; usando como arma permitida a intriga e calúnia; procurando lançar lama de que é feita a alma dos intrigantes sobre a brancura das reputações imaculadas, que se criará dissensões entre amigos, que se obterá a vitória nas urnas’ (Alto S. Francisco 15/03/1936).

O político estrategista encerra seu texto mandando um recado: *‘A mentira se desfaz como bolha de sabão ao primeiro sopro do vento; intriga não consegue inocular seu veneno diante da formação moral de uma personalidade de valor; a calúnia que, como dizem, se não queima como a brasa, suja como o carvão, será lavada nas águas puras da justiça e a lama atirada às reputações firmadas voltará ao ponto de partida para formar o lamaçal em que devem chafurdar os suínos da intriga e da mentira. Forjem mais telegramas que o enviado fez grande bem ao nosso*

ALTO ARQUIVO



O jornalista José Firmino Pereira, o ‘Velho Firpe’, o fundador do ALTO, morto em 1974

partido. Cada mentira desfeita é mais um passo dado para a vitória do candidato Álvaro Arantes, vitória que se se prenunciava grande, afirma-se esmagadora, como protesto do povo piumhiense aos indecorosos processos políticos de falsários que opõem as suas ambições ao nosso ideal -- de trabalhar pelo progresso de Piumhi’ (Alto São Francisco 15/03/1936).

Se José Firmino Pereira ficou revoltado com o telegrama falso, o clima político em geral de Piumhi foi caracterizado por um cronista que se identificou pelo pseudônimo A.C.M: *‘Há geral otimismo nas massas populares, que se aquilatam da sua arma formidável: o voto secreto. Debaixo da sua proteção pode-se ter confiança; nada se deve temer. O dia que o povo se compenetrar inteiramente do seu poderio, a Democracia será realidade, dentro do direito e da justiça. (...). O povo será livre será senhor: governará com honestidade e se criará um paraíso. Para isso tudo, porém, é preciso saber usar o voto. (...). Seja o voto do povo o machado que as derrube para sempre. E votar com o Partido Progressista Piumhiense, é manejar este machado’* (Alto S. Francisco 22/03/1936). O estilo da escrita, as palavras utilizadas e o posicionamento político permite identificar com clareza o autor do texto: Antônio Nunes de Carvalho, então pastor da Igreja Presbiteriana de Piumhi. Um detalhe é o autor deste texto criou um símbolo para a campanha do PPP: o machado. A escolha, meio que sem querer, se deu em razão do candidato a prefeito se chamar Álvaro Arantes Machado.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

A eleição de 7 de junho de 1936

‘Se a palavra escrita pudesse gritar, vós ouvireis o nosso brado de entusiasmo: Vitória! Vitória!’

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A eleição municipal fervilhante ocorreu no dia 7 de junho de 1936 e foi uma verdadeira lição de cidadania. O mês de junho foi tão atribulado que o Alto S. Francisco ficou exatamente um mês sem circular. A notícia do resultado da eleição foi publicada na edição de 5 de julho de 1936, onde o redator não escondeu a euforia estampando na capa do jornal a foto de Álvaro Arantes, Benedito Valadares e Abílio Machado com o título em letras garrafais: “Se a palavra escrita pudesse gritar, vós ouvireis o nosso brado de entusiasmo: Vitória! Vitória!” (ALTO S. FRANCISCO: 05/07/1936).

Sob o pseudônimo, Valério, um cronista do Alto S. Francisco publicou interessante artigo com o sugestivo título “Refrescando o Entulho”. No texto, o autor comenta a eleição de 7 de junho: “Agora que as urnas já proclamaram, no eloquente vereditum de seu prestígio, o resultado do pleito memorável, seja-nos permitido algumas considerações aqui tecidas sem azeidume e sem grande entusiasmo. Correu o pleito serenamente, mansamente, como é de praxe neste grande município. Não nos animam jamais processos violentos e falta de respeito ao adversário. De um e de outro lado, todos, até senhoras, compenetrados do seu dever cívico e da importância muito democrática do direito que iam exercer, mantiveram-se na altura das conquistas peregrinas da revolução de 1930. (...) Foi vencedor por significativo número de votos o PPP chefiado pelo sr. Álvaro Arantes. Venceu lisamente, democraticamente, e tanto mais lindamente, quanto não se deve esquecer que voto foi secreto. Foi vencido o partido chefiado pelo Coronel Fidelis de Vasconcelos e snr. João Leite.

O nosso ex-prefeito João Leite, sai do prédio com suas mãos limpas como as que tinha quando assumiu o cargo. Todos, correligionários e adversários reconhecem e proclamam suas excelentes qualidades de homem de bem e de exemplar cidadão. Ouvimos dizer que João Leite, eleito na minoria não tomaria posse. Não deveria proceder assim. A derrota do seu pujante partido em nada diminui o seu prestígio e nem anula seus predicados de cidadão. O município não dispensa sua colaboração e sua reconhecida honestidade será na nova Câmara mais uma conquista da vossa vitória de 7 de junho. Modesto, trabalhador, não afeito a blasonar prestígio projetado em sobre alheia, os piumhienses jamais esquecerão do que lhe são devedores. E ainda a sua colaboração e de seus



Para a campanha eleitoral de 1936 – Leite x Machado – o jornalista e fundador do ALTO José Firmino Pereira esculpiria em madeira o clichê-símbolo do candidato vencedor pelo PPP Álvaro Arantes Machado como aparece ilustrando propaganda política de página inteira na edição do domingo, 24 de maio de 1936 (acima) tendo no alto a peça gráfica modelada há 89 anos e hoje incorporada ao acervo histórico do ALTO.

dignos correlegionários muito concorrerá para apagar a eiva do despeito e incompatibilidade que, qual erva daninha, costuma ficar depois das eleições. Urge, para o bem de todos, que trabalhemos para fazer desaparecer qualquer estremecimento existente, procurando congraçar a família piumhiense, que, pela sua cultura e sua alta compreensão das coisas, deve-se colocar muito acima desta politicagem de aldeia, de outros tempos” (ALTO S. FRANCISCO: 05/07/1936).

A apuração dos votos ocorreu em Fomiga, sendo a junta apuradora “presidida pela integridade serena do dr. Glauter de Oliveira, que orientou os trabalhos de apuração dentro da mais estrita equidade, com o concurso de justa envergadura do dr. José Aguinaldo, juiz de Direito de Bambuí” (ALTO S. FRANCISCO: 05/07/1936). Iniciada a apuração “com a vitória do nosso partido, desde a primeira urna, o povo acompanhou com mais vivo interesse os resultados que eram transmitidos diariamente pelo telégrafo” (ALTO S. FRANCISCO: 05/07/1936). Finalizada a contagem dos votos o PPP ganhou com mais de trezentos em relação ao PPM “apesar da impugnação de uma urna da Pimenta onde contávamos com uma grande maioria” (ALTO

S. FRANCISCO: 05/07/1936). Anunciado o resultado final os partidários do PPP se explodiram em festas e entusiasmo.

Um detalhe que já havíamos anunciado e que precisa novamente ser destacado: a eleição de 7 de junho elegeu apenas vereadores. Álvaro Arantes era considerado eleito prefeito porque seu partido tinha eleito maior número de vereadores e eram estes que elegeriam através do voto indireto o novo prefeito de Piumhi. Pelo PPP foram eleitos os vereadores: 1) Vicente Rafael Picardi, 2) Dr. Manoel Hermeto Júnior, 3) Coronel José Soares de Oliveira, 4) Clóvis Couto, 5) Coronel Joaquim da Costa Pereira, 6) José Firmino Pereira. Pelo PPM foram eleitos: 7) João Leite Praça, 8) Francisco da Costa Faria, 9) Eugênio Arantes, 10) Artede Almada Alvim e 11) João Menezes. Ficaram suplentes: José de Moraes Castro, Olegário Fróes da Gama, Sebastião Ernesto Coutinho, Coronel Severo Ferreira Veloso e José Roque Bernardes. Infelizmente o Alto S. Francisco não publicou o número de votos obtidos, entretanto, sabemos que o são-roquense Vicente Rafael Picardi foi o campeão de votos.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

A instalação da Câmara, formação da Mesa Diretora e a eleição indireta do prefeito em junho de 1937

Álvaro Arantes é conduzido ao cargo com placar de 6 a 4

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

ACERVO DO AUTOR

A eleição de 7 de junho de 1936 elegeu os 11 vereadores. Os eleitos: Manoel Hermeto Júnior, Clóvis Couto, Coronel José Soares de Oliveira, Vicente Rafael Picardi, José Firmino Pereira e o Coronel Joaquim da Costa Pereira formavam o bloco majoritário do PPP, enquanto, João Menezes, Francisco da Costa Faria, Eugênio Lima Arantes, João Leite Praça e Artede Almada Alvim integravam a ala do PPM.

O advogado Manoel Hermeto Júnior foi escolhido por seus pares para presidir a Câmara Municipal. Em 26 de junho de 1936, os vereadores eleitos se reuniram para elegerem de forma indireta o Prefeito Municipal de Piumhi. Inicialmente foi feita a chamada por um dos secretários, votou em primeiro lugar o Coronel José Soares de Oliveira (Zeca Soares), por ser dos eleitos o de maior idade. Quando o antigo líder político, que já havia ocupado no passado o cargo majoritário do município, depositou o seu voto na urna foi grande a demonstração de contentamento, pois os presentes explodiram em palmas e vivas. A euforia nada mais era do que espírito da democracia se encarnando naqueles que acompanhavam o importante momento político vivenciado por Piumhi, pelo Estado e pelo país.

Após o Coronel Zeca Soares votar e a plateia se acalmar, os demais vereadores votaram, e a cada voto depositado na urna,



Dr. Manoel Hermeto Júnior e Álvaro Arantes Machado: os dois políticos a quem foram confiados a redemocratização do município, o primeiro como Presidente da Câmara e o segundo como prefeito

os presentes se irrompiam em palmas repetidamente -- era a nítida a alegria de poderem novamente escolher o chefe político local. Essas demonstrações comprovam o quanto a democracia é importante, cara e valorizada pelo povo.

Concluída a votação, os votos foram apurados, sob a fiscalização do Coronel Joaquim da Costa Pereira pelo PPP e do farmacêutico Artede Almada Alvim pelo PPM. Contados os votos obteve-se o seguinte resultado: Álvaro Arantes, 6 votos; João Leite Praça, 4 votos. A soma dos votos foi 10, isto porque João Leite Praça não compareceu na reunião, não tomou posse do cargo para o qual foi eleito e, portanto, não votou. Assim, Álvaro Arantes Machado foi eleito Prefeito de Piumhi de forma indireta para um mandato que se estenderia

até 1940, ou seja, de 4 anos.

A eleição foi contestada pelo farmacêutico João Menezes que protocolou representação no Tribunal Eleitoral “*contra o ato de 5 vereadores que se reuniram elegendo mesa e o prefeito*”¹. Os Ministros despacharam ao requerimento: “*Dirigir-se ao Juiz Municipal*”. Entretanto, considerando que nada foi modificado conclui-se que a representação foi indeferida pelo Juiz Municipal.

No dia seguinte, isto é, 27 de julho de 1936, a Câmara Municipal foi instalada, restabelecendo, assim, o Poder Legislativo em Piumhi, inexistente desde a Revolução de Outubro de 1930. Em ato contínuo o Prefeito Municipal foi empossado dando início ao seu governo.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

A renúncia de Álvaro Arantes e o governo municipal no Estado Novo

ALTO ARQUIVO

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Em 27 de julho de 1936, Álvaro Arantes tomou posse como novo prefeito de Piumhi, mas seu governo teria pequena duração. Em 22 de outubro de 1936, praticamente três meses depois da posse, Álvaro Arantes, ao inteirar-se das dificuldades econômicas que interfeririam na sua gestão, tomou a triste decisão da renúncia. É certo que a renúncia de Álvaro Arantes estava na impossibilidade financeira de trazer algum progresso para Piumhi.

Após a renúncia do prefeito, ocupou o cargo interinamente pelo Dr. Manoel Hermeto Júnior, então presidente da Câmara Municipal, vez que não havia o cargo de vice-prefeito. Posteriormente, Dr. Hermeto Júnior foi efetivado no cargo e para seu lugar na presidência da Câmara, foi eleito o jornalista e fundador do Alto S. Francisco, José Firmino Pereira, que a administrou em 1937. A nova Câmara Municipal e a democracia brasileira sobreviveram pouco tempo: funcionou até 5 de novembro de 1937, quando foi decretado por Getúlio Vargas o Estado Novo, ocorrendo conseqüentemente a extinção das casas legislativas e a nomeação de interventores para governarem os estados e estes nomeavam os prefeitos para administrarem os municípios.

Estado Novo foi uma artimanha política articulada por Getúlio Vargas para impedir as eleições presidenciais de 1938 e continuar no comando do país. Para alcançar o seu intento, Getúlio Vargas denunciou a ameaça comunista que objetivava a derrubada do seu governo, o “Plano Cohen”, como passou a ser chamado, arquitetado, em conjunto, pelo Partido Comunista Brasileiro e por organizações comunistas internacionais.

Diante da ameaça vermelha, Vargas ampliou o mando do Poder Executivo, passando a ter o controle efetivo sobre as demais instâncias, com o pleno apoio das lideranças militares. A

Justiça Eleitoral foi eliminada, partidos foram abolidos e as eleições livres foram suspensas. Tão logo decretou o Estado Novo, Getúlio Vargas anunciou uma nova Constituição para o Brasil, conhecida como Constituição Polaca, por ter sido elaborada nos moldes da Carta Magna fascista da Polônia, ou simplesmente como Constituição de 1937.

Com o golpe de 1937, a permanência do Dr. Manoel Hermeto à frente da Prefeitura dependia da aprovação do interventor estadual, Benedito Valadares. Depois de avaliar a conduta do Dr. Manoel Hermeto Júnior, que demonstrava apoio a Getúlio Vargas, Benedito Valadares o manteve no cargo.

No período do Estado Novo, os prefeitos denominados prefeitos interventores administraram a cidade de Piumhi de 1937 até 29 de outubro de 1945, quando Getúlio Vargas foi deposto pelo Alto Comando do Exército. Dessa forma, o primeiro prefeito interventor em Piumhi, na fase do Estado Novo, foi o Dr. Manoel Hermeto Júnior, que governou o município até 1938, quando foi substituído por Rodolfo de Freitas Mourão que permane-



Artede Almada Alvim assumiria como juiz interventor em Piumhi em 1943; ‘escolhido a dedo’

ceria no cargo aproximadamente cinco anos, até outubro de 1943, quando passou a ocupar o cargo, Artede Almada Alvim. A escolha de Alvim para o comando do Executivo envolveu toda a classe política piumhiense, para se obter o consenso sobre a pessoa escolhida com o menor índice de desagrado. Foram feitas reuniões, casa por casa de quem poderia dar opinião, e o indicado foi muito bem recebido na sua chegada à cidade.

Descendente de estimada e conceituada família piumhiense, o Sr. Artede Almada Alvim foi, pois, o candidato escolhido a dedo para não desgostar uma única pessoa. A manifestação que lhe fez o povo à sua chegada, domingo, atestou brilhantemente o entusiasmo piumhiense (JORNAL ALTO S. FRANCISCO, n. 810, 31 out. 1943, p. 1).

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Agonia do Estado Novo, a redemocratização e o surgimento dos Partidos

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

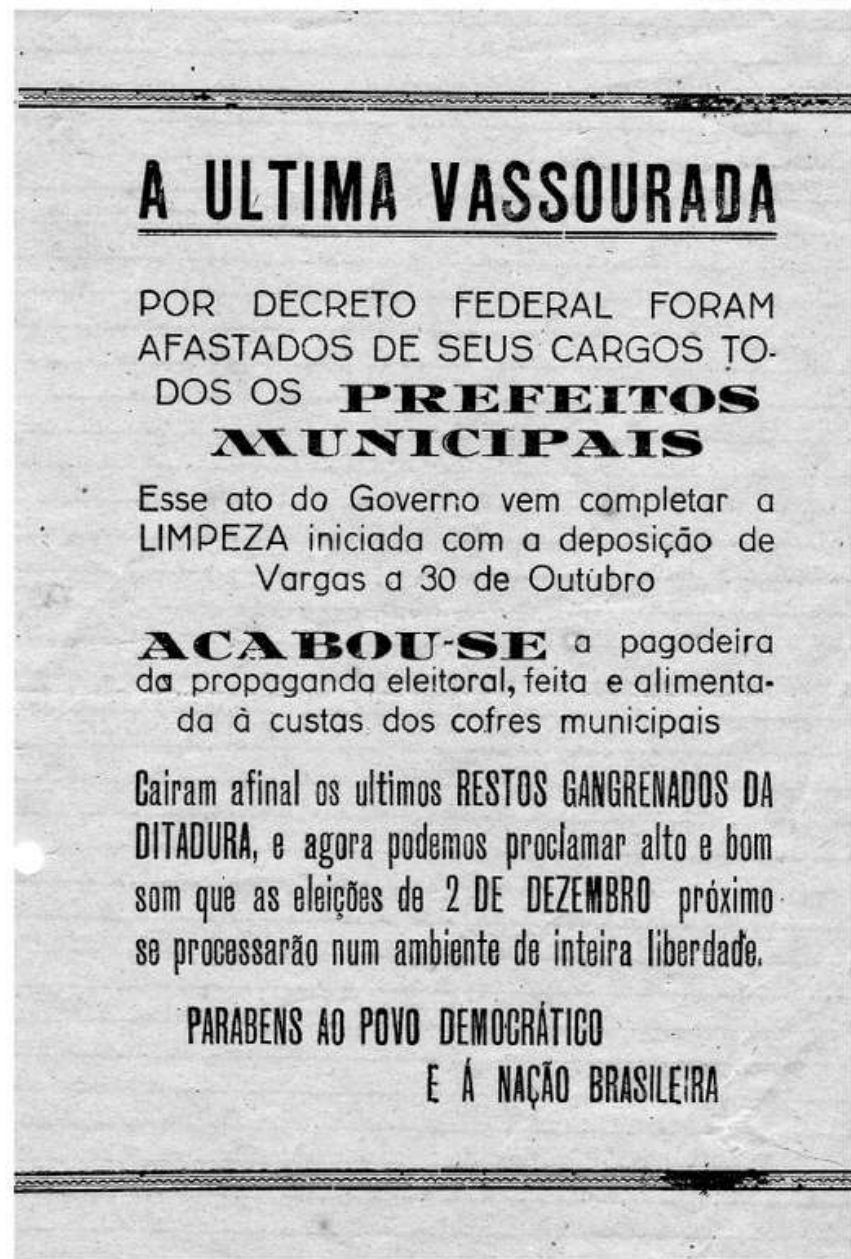
O Estado Novo, se estendeu de outubro de 1937 a outubro de 1945. Nesse período passaram pela Prefeitura de Piumhi três prefeitos: Dr. Manoel Hermeto Júnior (1937/1938), Dr. Rodolfo de Freitas Mourão (1938/1943) e Artede Almada Alvim (1943 /1945), os três lembrados como nomes de ruas no bairro Nova Esperança.

Dr. Hermeto Júnior, ponto de equilíbrio entre as forças políticas conflitantes do município procurou dar sequência ao desenvolvimento de Piumhi através de uma boa relação com o Interventor Benedito Valadares. Rodolfo Mourão, moço novo e dinâmico que procurou empreender conhecimentos técnicos na administração do município conseguindo lograr importantes conquistas para o município.

Artede Almada, por sua vez determinou por portaria a retirada dos restos mortais abandonados no Cemitério Eclesiástico, localizado no centro da cidade, abrindo espaço para a utilização do terreno para construção de prédios públicos tais como Fórum, Agência dos Correios, Escolha Josino Alvim, sede da Antiga TELEMIG e o Batalhão da Polícia Militar.

A partir de 1945 ganhou cena a redemocratização do país, Estados e municípios, processo que ocorreu de forma gradual e progressiva. O fim do Estado Novo (1937/1945), um regime autoritário liderado por Getúlio Vargas, ganhou força com a crescente pressão da sociedade civil e dos militares pela volta da democracia, Vargas foi deposto em 29 de outubro de 1945, permitindo a reestruturação política do país e a criação de novos partidos conforme ensina Boris Fausto em sua obra História do Brasil -- (CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho).

Entre as principais legendas que surgiram nesse período, destacam-se a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD). O PSD era composto por setores ligados à administração pública e ao antigo governo varguista, defendendo um modelo desenvolvimentista e centralizador conforme o entendimento de José Murilo de Carvalho. Já o historiador René Dreifuss



Panfleto político que circulou no ALTO em meados do século passado

explica que, em nível nacional, com apoio de líderes regionais e do meio rural, o PSD tornou-se um dos partidos mais influentes da época e venceu as eleições presidenciais de 1945 com Eurico Gaspar Dutra. Por outro lado, a UDN representava a oposição ao legado de Vargas, reunindo setores liberais, empresários e militares descontentes com a forte intervenção do Estado na economia. O partido defendia uma política econômica liberal e a moralização da administração pública, frequentemente acusando seus adversários de corrupção conforme as lições da pesquisadora Maria Victoria Benevides. Apesar de contar com figuras políticas expressivas, como Carlos Lacerda, a UDN nunca conseguiu vencer uma eleição presidencial, consolidando-se como um partido de oposição até sua dissolução em 1965.

Outro partido relevante foi o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que representava a classe operária e defendia políticas sociais voltadas ao trabalhador, muitas delas inspiradas nas reformas de Vargas, porém, em Piumhi este partido teve pequena expressão. A disputa entre PSD e UDN dominou o cenário político das décadas de 1940 e 1950, com a UDN frequente-

mente contestando as políticas adotadas pelos governos apoiados pelo PSD e pelo PTB.

Deste modo, a redemocratização de 1945 permitiu a reorganização partidária e a retomada das eleições diretas, estabelecendo as bases da política brasileira no período democrático que durou até o golpe militar de 1964. Esse contexto foi essencial para moldar os rumos do país, definindo as forças políticas que influenciaram a sociedade brasileira nas décadas seguintes.

O processo de redemocratização teve como primeiro passo a eleição dos deputados que comporiam a Assembleia Nacional Constituinte de 1945 e o próximo presidente do Brasil. Apesar da redemocratização iniciar no nível nacional, Piumhi logo sofreria a primeira consequência do processo: o afastamento do prefeito Artede Almada Alvim de seu cargo, juntamente com todos os prefeitos como forma de garantir eleições livres e sem influência política. Considerando que Alvim era ligado ao grupo político do PSD os membros da UDN fizeram circular como encarte do Alto S. Francisco o boletim a 'Última Vassourada'.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

A ‘Última Vassourada’ e a criação da UDN piumhiense

‘Caíram afinal os últimos restos gangrenados da ditadura’

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

O afastamento do prefeito Artede Almada Alvim foi visto com bons olhos pelos políticos da UDN. O jornal Alto S. Francisco publicou claramente a satisfação: *“Esse ato do Governo vem completar a limpeza iniciada com a deposição de Vargas a 30 de outubro. Acabou-se a pagodeira da propaganda eleitoral, feita e alimentada à custa dos cofres municipais. Caíram afinal os últimos restos gangrenados da ditadura, e agora podemos proclamar alto e bom som que as eleições de 2 de dezembro próximo se processarão num ambiente de inteira liberdade. Parabéns ao povo democrático e à Nação Brasileira”*.

Entendemos a troca de prefeito como resultado da pressão da UDN piumhiense.

Para o lugar de Almada Alvim foi nomeado como prefeito de Piumhi, o desconhecido belo-horizontino Newton Borges, cuja missão principal era *“garantir liberdade do voto no município e absoluta imparcialidade do governo municipal no pleito que hoje decorre”*. Dessa mesma forma foram substituídos e remanejados os prefeitos de quase todas as cidades do Estado. Borges assumiu a prefeitura em fins de 1945 e deixou Piumhi, em fevereiro do ano seguinte após ter cumprido sua missão.

Entretanto, o fato que mais nos chamou atenção nesse processo de afastamento de Alvim do comando do município foi a publicação de um boletim encartado ao Alto São Francisco chamado denominado a *“Última Vassourada”*. No documento se pode ler: *“A última vas-*



Acima, as lideranças da UDN piumhiense. Na frente assentados: Dr. Oswaldo Soares Machado, Abílio Machado e Dr. Vicente Soares Ferreira

sourada – Por decreto federal foram afastados de seus cargos todos os Prefeitos Municipais. Esse ato do Governo vem completar a limpeza iniciada com a deposição de Vargas a 30 de outubro. Acabou-se a pagodeira da propaganda eleitoral, feita e alimentada a custas dos cofres municipais. Caíram afinal os últimos restos gangrenados da ditadura, e agora podemos proclamar alto e bom som que as eleições de 2 de dezembro próximo se processarão num ambiente de inteira liberdade. Parabéns ao povo democrático e a Nação Brasileira”.

A UDN piumhiense originou-se em torno das figuras dos irmãos doutores Oswaldo e Oscar Soares Machado, este chegou a ser membro do Diretório estadual do partido. Sem dúvida a primeira vitória de maior importância da UDN foi a deposição do presidente Vargas. Como não havia vice-presidente, José Linhares foi convocado pelas

Forças Armadas para o cargo, uma vez que era Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Linhares governou de 30 de outubro de 1945 até 31 de janeiro de 1946, sendo a sua marca principal a realização das eleições presidenciais. Na ocasião em que o Alto S. Francisco retomou a sua condição de semanário independente, passou a divulgar textos de orientação udenista, defendendo e fazendo propaganda eleitoral em favor da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes.

As principais lideranças da UDN em Piumhi foram: Dr. Oswaldo Soares Machado, médico; Dr. Oscar Soares Machado, advogado; Clóvis Couto, farmacêutico; Heitor Hostalácio, fazendeiro; Dra. Virgínia Soares Ferreira, advogada; Realino Soares, fazendeiro; dentre outros.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

A origem do PSD piumhiense

O ALTO em 16 edições passou a ser um verdadeiro “*órgão do PSD*”

ACERVO DO AUTOR



Na imagem vemos algumas lideranças do PSD piumhiense. Da esquerda para direita: João Menezes (terno de linho branco), José Severino de Oliveira Sobrinho – Bandeirante (o primeiro atrás de chapéu), Tonico Gabriel (atrás de chapéu), o deputado federal José Maurício de Andrade (à frente de terno escuro), Dr. Francisco Xavier (de terno branco), Wander Costa (filho de José Neca), José Neca da Costa e Ernani da Silveira. A comitiva, certamente, estava em campanha eleitoral, subia a rua Doze de Outubro, hoje Grijalva Soares Terra, quase na esquina com a Marechal Deodoro, hoje Padre Abel.

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A rivalidade que antes existia entre as famílias dos coronéis ressurgiu com a extinção dos cargos nomeados do Estado Novo, porém, a disputa passa a ser partidária. Em Piumhi destacaram-se duas siglas: UDN e PSD. Na semana passada vimos a origem da UDN e hoje esboçamos a origem do PSD piumhiense. É importante destacar que existiam também o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PR (Partido Republicano) e outras legendas.

O PSD firmou-se oficialmente como partido político em Piumhi em 15 de julho de 1945, sob a liderança do farmacêutico Artede Almada Alvim, então prefeito municipal. Na referida data, ao meio dia, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Piumhi se reuniram “*os mais legítimos representantes das classes liberais, industriais, comerciantes, agricultores e funcionários públicos diversos*”. Na ocasião o presidente “*expôs em linhas gerais o seu ponto de vista sobre a significação do momento na vida do Município, do Estado e da República*”. As palavras do orador da mesa, o farmacêutico João Menezes, caracterizaram o perfil de cada

um de seus componentes. Por aclamação a direção do PSD piumhiense ficou definida da seguinte forma Presidente de Honra: Padre Abel de Abreu Vouguinha; Presidente: Artede Almada Alvim; Vice-Presidente: Álvaro Arantes; 2º Vice-Presidente: Dr. Jair Ferreira Leite; Secretário Geral: Dr. Manoel Hermeto Júnior; 1º e 2º Secretários: Enock Ferreira e Antônio Rui Almada; 1º e 2º Tesoureiros: Bernardino Polcaro e Antônio Alves da Costa. Assinam a ata lavrada pelo professor Osmany Lima mais de 100 pessoas. Entretanto, com a fundação da UDN, muitos destes nomes passaram a figurar no outro partido.

As principais lideranças do PSD em Piumhi foram: Dr. Manoel Hermeto Júnior, advogado; Artede Almada Alvim, farmacêutico; Dr. Jair Ferreira Leite; Dr. Francisco Xavier, médicos; Dr. Vitrasiano Leonel da Silva, advogado; Padre Abel de Abreu Vouguinha, pároco da Paróquia Nossa Senhora do Livramento; Nelson Pereira de Barros, fazendeiro e industrial; José Camilo Maciel, escrivão do crime; além de muitos outros.

Tão logo fundado o PSD manifestou maciço apoio à candidatura do Marechal Dutra para Presidente da República. O fundador

do Jornal Alto S. Francisco, José Firmino Pereira alugou ao amigo Manoel Hermeto Júnior seu *Semanário Independente* justificando que ele foi “*cedido a um amigo para uma campanha de seu interesse*”. Assim o Dr. Manoel Hermeto Júnior, novo diretor do Jornal inaugurou no periódico o que se chamou de *Nova Fase*. O **ALTO** em dezesseis edições passou a ser um verdadeiro “*órgão do PSD*”. Em texto de título *Nosso Programa*, Dr. Hermeto explicou que “*apoia a orientação do ilustre prefeito, Artede Almada Alvim, presidente do Partido Social Democrático*”. Em 19 de novembro de 1945, a direção do Alto S. Francisco foi retomada por seu fundador, José Firmino Pereira, resgatando dessa forma a sua condição de *Semanário Independente*.

Entre 1945 e 1964 o PSD e a UDN travaram épicos embates eleitorais em Piumhi. A disputa entre os dois partidos ultrapassava o campo da política e marcou profundamente a sociedade piumhiense, cujos legados ainda são percebidos até os dias de hoje, tantos anos após a extinção daqueles partidos.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

A rixa PSD x UDN

Uma disputa política que influenciou o cotidiano da cidade e dividiu a sociedade nos idos de 1940/1960

ACERVO DO AUTOR



Acima, a praça Dr. Avelino de Queiroz reduto do PSD e à direita a praça Guia Lopes (hoje Pe. Alberico) dita da UDN

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Antes de demonstrar os embates eleitorais e políticos que permearam as disputas entre o PSD e a UDN em Piumhi, é necessário compreender que essa rivalidade não se restringia apenas à cidade, mas era uma realidade tanto em nível estadual quanto nacional. Os impactos dessa disputa caracterizaram um período em que a cidade foi literalmente dividida ao meio.

No cenário nacional, as disputas políticas entre o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) marcaram profundamente o Brasil entre as décadas de 1940 e 1960. O PSD, formado majoritariamente por elites agrárias e burocratas ligados ao Estado Novo de Getúlio Vargas, defendia um modelo de desenvolvimento nacionalista e baseado na intervenção estatal na economia. Já a UDN, composta por setores urbanos da classe média, empresários e intelectuais liberais, posicionava-se contra o legado varguista e defendia a redução do papel do Estado, além de uma maior aproximação com o capital estrangeiro. Segundo Boris Fausto, *‘as disputas entre PSD e UDN foram centrais para a política brasileira no período democrático pós-1945, refletindo não apenas divergências ideológicas, mas também interesses econômicos distintos’*.

O impacto social desse embate foi significativo, uma vez que as políticas implementadas pelo PSD, especialmente durante os governos de Juscelino Ku-

bitschek, promoveram um crescimento econômico acelerado e um aumento da urbanização. No entanto, a UDN frequentemente criticava essas medidas, alegando que geravam inflação e endividamento externo. De acordo com Jorge Ferreira, *‘a UDN representava a insatisfação de setores da classe média urbana, que viam na expansão estatal um entrave ao desenvolvimento econômico baseado na livre iniciativa’*. Esse embate político contribuiu para a polarização da sociedade, intensificando debates sobre o papel do Estado e as direções do desenvolvimento nacional.

Além disso, a rivalidade entre PSD e UDN teve desdobramentos no cenário político que culminaram na crise institucional de 1964. A UDN, incapaz de vencer eleições presidenciais contra candidatos pessedistas ou aliados do varguismo, passou a apoiar setores militares que defendiam uma intervenção para conter o que consideravam uma ameaça comunista. Como destaca Thomas Skidmore, *‘o apoio da UDN ao golpe de 1964 foi um desdobramento lógico de sua luta contra o nacionalismo econômico do PSD e seus aliados’*. Portanto, as disputas entre esses partidos não apenas moldaram a política brasileira da época, mas também contribuíram para a instabilidade que levou ao regime militar.

Durante o período de 1945 a 1964, o PSD e a UDN dominaram a política brasileira, e Piumhi vivenciou uma intensa polarização entre esses partidos. As disputas entre seus partidá-

rios eram acirradas e refletiam as divergências ideológicas nacionais no cotidiano da cidade. A divisão se manifestava geograficamente: a praça de cima (Guia Lopes, hoje Padre Alberico) era o reduto da UDN, enquanto a praça de baixo (Dr. Avelino de Queiroz) era do PSD. Além disso, havia bares, barbearias, armazéns e farmácias associadas a cada partido, e o antagonismo chegava ao ponto de se dizer que *‘os remédios das farmácias da UDN não faziam efeito nos eleitores do PSD e vice-versa’*. Até no esporte a rivalidade era evidente, com o campo do Atlético Piumhiense sendo vinculado ao PSD e o do América Piumhiense à UDN.

A rivalidade entre as agremiações partidárias do PSD e da UDN surgiu a partir de um mal-estar gerado na cidade pela publicação de um texto intitulado “Momento Político”, publicado no **ALTO** em 8 de julho de 1945 e assinado por um escritor que utilizava o pseudônimo Repórter Amador. No artigo, o Estado Novo de Vargas era definido como *‘uma época florescente em todos os campos de atividade’*. A reação foi imediata: os udenistas consideraram o texto uma verdadeira infâmia. Os comentários oposicionistas que surgiram ao longo da semana obrigaram o escritor a responder na edição seguinte, tentando argumentar e defender seu ponto de vista, que permanecia incompreensível aos olhos dos udenistas.

O odontólogo, escritor e colaborador do Alto São Francisco, Adelmo Soares Leonel, em suas obras e crônicas, retratou com profundidade esse cenário de antagonismo político em Piumhi. Ele destacou como as rivalidades entre os dois partidos influenciavam não apenas a política, mas também as relações sociais e econômicas da cidade. Esse contexto dividiu Piumhi entre dois grupos políticos opostos, gerando tanto ganhos quanto prejuízos para seu desenvolvimento. Se, por um lado, a competição impulsionou melhorias e investimentos, por outro, a segregação política dificultou a cooperação e a unidade em prol do progresso do município.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

pontual
gráfica

impressos que fazem toda diferença

✉ pontual-grafica@hotmail.com
📍 Rua Bueno Brandão, 656 - Centro
CEP 37.925-000 - PIUMHI - MG

☎ 37 98842-023

📱 Siga nos nas redes sociais
@pontualgraficaecarimbospiui

MELO, Luís Augusto Júnio. A rixa PSD x UDN: uma disputa política que influenciou o cotidiano da cidade e dividiu a sociedade nos idos de 1940/1960. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 104, 9 mar. 2025. Memória Política Piumhiense, p. 2.

Desequilíbrio do fiel da balança política
piumhiense ou ‘êmulos do Padre Cícero’

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

ACERVO DO AUTOR

Enquanto a política se limitava à troca de farpas, argumentos e contra-argumentos através de artigos na imprensa, poderia ser entendida como normal, pois essa é uma das principais características da democracia. No entanto, a situação tomou contornos mais acirrados quando o pároco da Paróquia de Piumhi, Padre Abel de Abreu Vouguinha, adotou um posicionamento político em favor do PSD. É importante destacar que a Igreja Católica e seus sacerdotes exerciam grande influência sobre a política e a sociedade brasileiras naquela época, atuando como um dos principais agentes de mobilização social e defesa de valores conservadores. Nesse período, o catolicismo estava fortemente associado à identidade nacional, e muitos padres desempenharam papel ativo na política, apoiando campanhas contra o comunismo e influenciando decisões governamentais. De acordo com Riolando Azzi, “a Igreja Católica, especialmente por meio da Ação Católica e do movimento conservador liderado por figuras como Dom Hélder Câmara nos anos iniciais, buscou garantir sua presença na esfera pública e impedir o avanço de ideologias consideradas ameaçadoras”. Essa influência foi particularmente visível no apoio da Igreja à campanha da UDN contra João Goulart, reforçando o temor de uma ameaça comunista e contribuindo para o golpe militar de 1964.

Padre Abel foi acusado pelos udenistas de fazer do altar um palanque político. Para os udenistas, o padre era um apoio de grande importância e influenciava a opinião do eleitorado em favor do partido. Já para os adversários, o padre virou motivo de “pilherias desenxabidas e graçolas inconsequentes”.

Com redação e oficinas na antiga rua Marechal Deodoro (hoje Padre Abel), número 296, era fabricado, em meados da década de 1940, o jornal *A Liberdade*. O comando editorial era responsabilidade do empresário Sebastião Ernesto Coutinho, e o jornal se intitulava “*Hebdomadário Noticioso, Político e Literário*”. *Hebdomadário* é um termo pouco usual na atualidade e designa um semanário. Na prática, o jornal era um instrumento político da UDN. No dia 10 de fevereiro de 1946, na edição de número 21, circulou uma reportagem intitulada “Os Cangaceiros”, assinada pelo Dr. Oscar Soares Machado, na qual ele traça um impiedoso discurso contra o PSD, destacando: “*O espanto, a estupefação, a vergonha são os sentimentos que se apoderaram da alma consciente do povo*



Padre Abel de Abreu Vouguinha (E) e Padre Cícero Romão Batista, famoso “coronel de batina” da política nordestina nos tempos da República Velha. Os udenistas compararam a atuação do vigário português na política piemhiense à do cearense Padre Cícero

e do coração dos piemhienses, em face dos espetáculos degradantes e de baixezza levada ao nível mais rasteiro, forjados nos dias de 31 de janeiro a 2 de fevereiro, nesta cidade, pelos tarifus, mistificadores e covardes mentores da política do ex-prefeitinho, Artede, assessorados pela batina poluída e rota, de um sacerdote tão indigno quanto se possa imaginar, do seu elevado ministério.”

O advogado acusa, ainda, que, sob o pretexto de comemorar a vitória do General Dutra à Presidência da República, “na noite de 30 para 31 de janeiro, após um boletim insultuoso e desafiador aos udenistas, distribuíram fartamente fogos e bombas para a massa de jagunços, desocupados, valentões, cangaceiros e ex-criminosos, a fim de que fossem inquietadas e atacadas sistematicamente as casas de famílias partidárias da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes.” Sobre essa eleição, trataremos adiante.

Indignado, o Dr. Oscar compara os simpatizantes do PSD aos cangaceiros de Lampião: “assistimos à frange-comédia do cangaceirismo mais requintado e tão perfeito e apurado que causaria inveja ao próprio Virgílio ou Lampião”.

Narra uma passeata “encabeçada pelo novo Padre Cícero de Piumhi, pelo ex-prefeitinho do quero-quero e outros graduados daquela súcia, destacando-se um grupo de aproximadamente doze valentões e até ex-criminosos devidamente armados.” A postura de Padre Abel Vouguinha fez com que seus inimigos políticos o apelidassem de “êmulos do Padre Cícero”, em comparação ao padre-coronel Cícero Romão da Silva, líder coronelista e político no nordeste brasileiro durante a República Velha.

Para defender o padre, o PSD se posicionou da seguinte forma:

“O reverendo Padre Abel, nosso estimado vigário, é presidente de honra do PSD, e nesse elevado cargo traçou-se linha reta de pastor, e ninguém há que o desvie, mesmo nessa fase tormentosa da política pessoal do interior. A atitude que o reverendo vigário da paróquia assumiu não merece censuras, nem tão pouco comentários insensatos, com os quais o mimosearam seus gratuitos desafetos”.

Outra reação da UDN foi recorrer ao tradicional político mineiro Artur Bernardes, “que tinha bastante ascendência moral sobre o Sr. Bispo” do Aterrado (hoje Luz), para remover Padre Abel da paróquia de Piumhi. De forma prática, os militantes do PSD organizaram, na manhã do dia 1º de outubro de 1945, após a Missa das 10 horas, em frente à Capela do Rosário, uma manifestação de desagravo ao Padre Abel, onde, ao som dos dobrados da Lira São José, discursaram pessoas influentes da política piemhiense em defesa do sacerdote. Para o prefeito Artede Almada, o ato representava a ação “da justiça daquele momento de solidariedade”. Na ocasião, também fizeram uso da palavra o professor Orlando Cunha e o farmacêutico João Menezes. Após os discursos, o sacerdote “francamente emocionado” agradeceu a manifestação de desagravo.

Dessa forma, de modo geral, Padre Abel era visto como grande benfeitor da cidade em razão da construção da Matriz de Nossa Senhora do Livramento e do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima. Politicamente, era uma figura ambígua: para os pessedistas, um desequilíbrio no fiel da balança da política piemhiense; já para os udenistas, um êmulos do Padre Cícero, ou seja, um coronel de batina.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Primeiro confronto direto entre UDN e PSD: dezembro de 1945

O ponto mais positivo dessa eleição foi a verdadeira lição de democracia que ela legou à sociedade e à história piumhiense

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

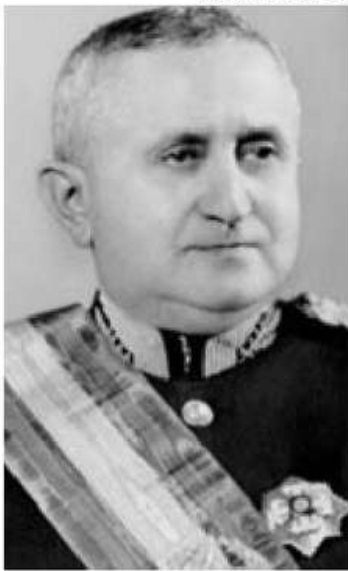
À medida que se aproximavam as eleições presidenciais de dezembro de 1945, no período da ‘Nova Fase’ no Alto S. Francisco, sob a direção do Dr. Manoel Hermeto Júnior, o Jornal empreendeu uma ampla e aberta campanha eleitoral em favor da candidatura do Marechal Eurico Gaspar Dutra, do PSD. No entanto, quando José Firmino Pereira reassumiu a direção, o apoio passou a ser direcionado ao Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato pela UDN. Paralelamente ao trabalho da imprensa, os políticos de ambos os partidos se empenharam em conquistar o apoio dos eleitores para seus respectivos candidatos.

Apesar dos intensos esforços dos udenistas, Dutra acabou eleito, e os membros da UDN tiveram de reconhecer que “*o povo está satisfeito com os homens que o governam há quinze anos e, nesse caso, votou pela sua continuação (...). Com Eduardo Gomes ou com Gaspar Dutra, a democracia vive para o bem do povo brasileiro*”, publicou o redator do Alto S. Francisco após o resultado das eleições. Em Piumhi, o resultado das urnas foi o seguinte: dos 4.118 eleitores votantes, o General Eurico Gaspar Dutra obteve 2.536 votos (61,58%); o Brigadeiro Eduardo Gomes recebeu 1.581 votos (38,39%); e Yedo Fiúza teve 1 voto (0,03%). Naquela época, além de Piumhi, a Zona Eleitoral da Comarca incluía os municípios de Guapé e Guia Lopes (atualmente São Roque de Minas), onde o Brigadeiro Gomes foi vitorioso. Contudo, a diferença em Piumhi foi tão grande que Dutra venceu também na Comarca.

Além da eleição presidencial, em 2 de dezembro de 1945, os cidadãos brasileiros votaram para escolher senadores e deputados, com o objetivo de formar a Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela elaboração da nova Constituição do país, promulgada em 18 de setembro de 1946.

Um dos primeiros passos rumo à redemocratização do Brasil foi a promulgação da Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945, assinada pelo presidente Getúlio Vargas. A lei reformulava vários artigos da Constituição de 1937 e estabelecia “*as condições necessárias para que o sistema dos órgãos representativos, previstos na Constituição, pudessem entrar em funcionamento*”.

Em decorrência dessa lei, Vargas assinou o Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, que estabelecia as regras para o alistamento eleitoral e orientava a organização das eleições presidenciais e parlamentares. O artigo 15º do decreto-lei atribuía ao Juiz Eleitoral a competência para promover a inscrição dos eleitores e expedir os respectivos títulos, enquanto o artigo 1º assegurava o direito de voto aos brasileiros de ambos os sexos, maiores de 18 anos, com exceção dos analfabetos, milita-



ACERVO DO AUTOR

À esquerda, o Dr. José Nogueira de Acayaba, Juiz Eleitoral da Comarca de Piumhi; à direita, o Marechal Eurico Gaspar Dutra, candidato eleito à presidência e o mais votado na cidade: vitória do PSD na primeira disputa direta contra a UDN

res (exceto oficiais), mendigos e pessoas privadas dos direitos políticos por condenação judicial. Para se alistar como eleitor, era necessário comprovar alfabetização ao Juiz Eleitoral.

O processo eleitoral de 2 de dezembro de 1945 foi comandado pelo Juiz da Comarca de Piumhi, Dr. José Nogueira de Acayaba, natural de Elói Mendes, no Sul de Minas Gerais. Nascido em 1898, Dr. Acayaba formou-se em Farmácia pela Escola da Mococa e, posteriormente, concluiu a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, formando-se em 1923. Sua carreira na magistratura mineira incluiu atuações como Promotor de Justiça e Juiz de Direito, destacando-se em várias comarcas do estado.

Para o cargo de senador, os eleitores de Piumhi votaram em dois candidatos. Os mais votados foram Fernando de Melo Viana (2.498 votos) e Levindo Coelho (2.494 votos), ambos do PSD, sendo eleitos, com o primeiro assumindo a Presidência da Assembleia Nacional Constituinte. Outros candidatos também receberam votos, como Artur da Silva Bernardes Filho (1.565 votos), Pedro Aleixo (1.569 votos), Luiz Carlos Prestes (17 votos), Armando Ziler (5 votos), Alex Marcondes Filho (2 votos) e Getúlio Vargas (3 votos). Mais uma vez, o PSD saiu vitorioso em Piumhi com os dois candidatos mais votados. A votação de Prestes demonstra que, já em 1945, havia adeptos do Partido Comunista na cidade.

Em Guapé, a vitória foi mais apertada, mas favorável aos candidatos da UDN, Artur Bernardes e Pedro Aleixo, com 1.017 votos cada. Melo Viana e Levindo Coelho obtiveram 909 votos. Alex Marcondes e Getúlio Vargas receberam três votos cada. Em Guia Lopes (São Roque), a UDN também venceu, com Artur Bernardes e Pedro Aleixo alcançando 863 votos cada, enquanto Melo Viana e Levindo Coelho obtiveram 594 votos. Outros candidatos receberam votos em Guia Lopes, como Luiz Carlos Prestes (13 votos), Armando Ziler (14 votos), Alex Marcondes (16 votos) e Getúlio Vargas (16 votos). Um ponto interessante em Guapé e São Roque foi a sin-

cronia dos eleitores da UDN e do PSD, que votaram nas chamadas “dobradinhas” dos partidos.

Para a Câmara dos Deputados, o voto foi para um único candidato. O PSD predominou em Piumhi, com 2.359 votos, enquanto a UDN obteve 1.320. Outros partidos, como o PR, PAN, PTB, PRB e PCB, somaram 301 votos. Esses números reforçam claramente a polarização política entre UDN e PSD na cidade. Os dois candidatos mais votados do PSD foram Augusto Chagas Viegas (1.146 votos) e Wellington Brandão (1.070 votos). Ambos foram eleitos, com a seguinte votação nacional: Brandão obteve 13.264 votos, enquanto Viegas alcançou 12.320 votos.

Na UDN, os dois candidatos mais votados em Piumhi foram José Monteiro de Castro (1.281 votos) e José Magalhães Pinto (12 votos). Também foram eleitos, com os seguintes totais de votos: Castro recebeu 16.612 votos e Magalhães Pinto, 14.001 votos. Outros candidatos do PSD que receberam votos para deputado em Piumhi foram Juscelino Kubitschek (56 votos), Gustavo Capanema (54 votos) e Benedito Valadares (4 votos). Do lado da UDN, destacam-se o poeta Olavo Bilac Pinto (1 voto) e a única mulher votada em Piumhi, Marieta Leite (3 votos).

De modo geral, o PSD predominou nas eleições de dezembro de 1945, com um domínio claro em Piumhi. Em Guapé e São Roque, a UDN levou a melhor. Por isso, os militantes do PSD comemoraram com grande euforia. No cenário geral para o Senado, o PSD conquistou as duas vagas mineiras e, na Câmara dos Deputados, elegeu 20 parlamentares, enquanto a UDN obteve 7 cadeiras. Ao final, a Câmara ficou composta por 151 parlamentares do PSD, 82 da UDN, 22 do PTB, 14 do PCB, 8 do PR e 9 de outras legendas.

O ponto mais positivo dessa eleição foi a verdadeira lição de democracia que ela legou à sociedade e à história piumhiense. A comemoração dos políticos do PSD merece um capítulo à parte no enredo desta história.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

‘Vá chorar na cama, que é o lugar mais quente!’

O recado era claro: a UDN deveria lamentar a derrota, pois a expressiva votação de Dutra havia garantido a continuidade do governo do PSD

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A vitória do PSD nas eleições de 2 de dezembro de 1945 foi amplamente comemorada, e um folheto espalhado pela cidade trouxe uma das expressões mais memoráveis dessa época, que dá título a este artigo. A criatividade exibida nesse panfleto revela uma mistura de sarcasmo e inteligência, refletindo a intensidade do confronto político.

O panfleto ilustrava a imagem de uma viúva chorando ao lado de uma lápide com a inscrição: “Aqui jaz a candidatura Eduardo Gomes.” A viúva, em prantos, representava a UDN, derrotada nas eleições, enquanto a inscrição simbolizava o fim da candidatura do Brigadeiro. Na cerca do cemitério, uma coruja de olhos arregalados segurava um letreiro com os dizeres “Esquerdada democrática”, satirizando a oposição. Abaixo da imagem, destacava-se a frase: “Vá chorar na cama, que é o lugar mais quente!” O recado era claro: a UDN deveria lamentar sua derrota, pois a expressiva votação de Dutra havia garantido a continuidade do governo do PSD.

O panfleto trazia como título, em letras garrafais: “DOBRE DE FINADOS PARA OS BRIGADEIRISTAS DE PIUMHI!” Em seguida, o texto assumia um tom ácido, com críticas afiadas aos derrotados: “Socega, Leão! HODIE MIHI, CRAS TIBI – do Alto São Francisco de 19-XI-45.”

A frase em latim, que pode ser traduzida como “Hoje por mim, amanhã por ti”, era frequentemente associada a imagens de crânios próximos aos portões dos cemitérios. Esse tom macabro reforçava a provocação política do momento.

A menção ao Alto S. Francisco remete a um texto publicado sob o título “Pecado Original”, que criticava a candidatura de Dutra, associando-a à ditadura de Getúlio Vargas e à figura de Benedito Valadares. O panfleto continuava com ataques à oposição, ridicularizando figuras como Rabicó, Dr. TENENTE e Dr. Caxias, todos ligados à UDN. As críticas refletiam o fervor político do período, com os pessedistas regozijando-se da vitória e inflamando ainda mais a polarização entre os partidos.

A vitória de Dutra era celebrada com grande euforia: “Toma posse hoje o grande vitorioso Presidente da República – o ÍNCLITO GENERAL EURICO DUTRA!”

Na sequência, o panfleto iro-

nizava a oposição de Piumhi:

“Mais uma vez, como sempre, ela é vencida e derrotada esmagadoramente! Nada lhes valeu a sabedoria do Rabicó, que, com sua cara feia e fechada, não cansou de franzir a grande testa para infundir respeito! Nem a profecia do Dr. TENENTE! Nem o estro poético do Dr. Caxias! Nem a astúcia do Dr. Madrinha da...!”

Os alvos das críticas eram agora mais explícitos: Oswaldo e Oscar Soares Machado, líderes locais da UDN, e o Tenente Dilermando Silva, que havia proibido o uso de fogos de artifício durante o período eleitoral. O folheto ridicularizava a oposição, acusando-a de não conseguir eleger sequer seus candidatos ao Senado, Pedrinho Aleixo e Artur Bernardes.

O texto seguia com uma crítica mordaz aos derrotados:

“Quantos castelos fez o vencido e VALENTE Presidente da UDN de Piumhi! Suas lágrimas, coitado, devem hoje queimar-lhe a face, mas ele deverá chorar na cama, que é mais quente, e ficar bem sossegadinho, como um leão que não suportou o embate. E seus companheiros? Abatidos e tristonhos, farão coro ao choro de seu inditoso e infeliz presidente.”

A referência aos “rabicós” – termo pejorativo usado para se referir aos udenistas – prosseguia com ironia:

“Coitados, merecem hoje a nossa compaixão! Nada puderam conseguir! Nem mesmo eleger seus padrinhos, Pedrinho Aleixo e o velho Bernardes!”

O panfleto ainda zombava da tentativa frustrada da oposição, afirmando que, apesar do entusiasmo udenista, a derrota havia sido esmagadora. A oposição só poderia lamentar sua situação:

“Por caiporismo, coitados, o Alto São Francisco de 19-XI-45 trouxe-nos a seguinte notícia: o espoucar de fogos não ecoa de

DOBRE DE FINADOS PARA OS BRIGADEIRISTAS DE PIUMHI!

Socega, Leão!

“HODIE MIHI CRAS TIBI” – do “Alto São Francisco” de 19-XI-45



VÁ CHORAR NA CAMA QUE É LUGAR MAIS QUENTE!

Toma posse hoje o grande e vitorioso Presidente da República (como sempre disse-mos) — o ÍNCLITO GENERAL EURICO DUTRA!
A oposição de Piumhi mais uma vez, como sempre, é vencida e derrotada esmagadoramente! Nada lhes valeu a sabedoria do Rabicó, que com sua cara feia e fechada não cansou de franzir a sua grande testa para infundir respeito! Nem a profecia do Dr. TENENTE! Nem o estro poético do Dr. Caxias! Nem a astúcia do Dr. Madrinha da...!
Nem o prestígio dos 4 candidatos à Delegacia! Nem a força que fizeram os cabos-eleitorais! Como estão sofrendo os pobres diábolos dos rabicós e especialmente os que aderiram à UDN, em última hora! SO! ARES mesmo de prestígio e de vitória poderiam eles almejar com tanto entusiasmo! Quanto castelo fez o vencido e VALENTE Presidente da UDN de Piumhi! As suas lágrimas, coitado, devem hoje queimar-lhe a cara, mas ele deverá chorar na cama que é mais quente e ficar bem sossegadinho como um leão que não suportou o embate...
E os seus companheiros? Abatidos e tristonhos, farão coro ao choro de seu inditoso e infeliz presidente. Quanta “amarga delusão” para esta gente! Os rabicós foram sempre inteli-zen-tes: quando, há poucos dias, sonharam (com o sol quente) com a vitória, esqueceram o céu de Piumhi com tanto fogo! Por caiporismo, coitados, o Alto São Francisco de 19-XI-45 trouxe-nos a seguinte notícia: “o espoucar de fogos não ecoa de modo agradável aos ouvidos dos derrotados”.
Coitados, merecem hoje nossa compaixão! Nada puderam conseguir! Nem mesmo elegerem os seus padrinhos Pedrinho Aleixo e o velho Bernardes! Os rabicós enlutados, nervosos, aborrecidos e «sumidos» também, procuram alívio para o seu sofrimento mas, o seu despeito é tão grande que não encontram remédio... A todos eles, especialmente aos inditosos dirigentes e PRESTIGIOSOS POLÍTICOS da oposição, as condolências do GARBOSO E VITORIOSO P.S.D. de Piumhi!

Panfleto distribuído pelos políticos do PSD após a vitória nas eleições de dezembro de 1945, mandando os eleitores da UDN ‘chorar na cama, que é o lugar mais quente’. Há uma ironia clara: ‘Só Ares’ faz referência aos irmãos Oswaldo e Oscar Soares Machado.

modo agradável aos ouvidos dos derrotados.” A crítica ao uso dos fogos de artifício, proibidos por Dilermando Silva, representava o desespero da oposição diante do resultado das eleições.

Por fim, o folheto encerrava com uma provocação ainda mais mordaz:

“Coitados, merecem hoje a nossa compaixão! Nada puderam conseguir! Nem mesmo eleger seus padrinhos, Pedrinho Aleixo e o velho Bernardes! Os rabicós, enlutados, nervosos, aborrecidos e sumidos, procuram alívio para o seu sofrimento, mas o despeito é tão grande que não encontram remédio.”

E finalizava com uma ironia:

“A todos eles, especialmente aos inditosos dirigentes e prestigiosos políticos da oposição, as condolências do GARBOSO E VITORIOSO PSD de Piumhi.”

Embora o PSD comemorasse de maneira efusiva sua vitória, a satisfação não duraria muito. A revanche viria nas eleições subsequentes para governador, prefeito e vereadores. Mas, antes disso, a cidade testemunharia uma verdadeira dança das cadeiras, trocando de chefe do Executivo nada menos que 8 vezes em um único ano.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. ‘Vá chorar na cama, que é o lugar mais quente!’: o recado era claro: a UDN deveria lamentar a derrota, pois a expressiva votação de Dutra havia garantido a continuidade do governo do PSD. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 104, 30 mar. 2025. Memória Política Piumhiense, p. 2.

Entre a vitória do PSD e a revanche da UDN, Piumhi troca de juiz

Sai José de Acayaba e entra Alfredo Guimarães Chaves

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Após pouco mais de dois anos de dedicação ao Judiciário Mineiro, conduzindo com zelo e presteza os ofícios jurídicos da Comarca de Piumhi, o Dr. José Nogueira de Acayaba foi transferido para a Comarca de Muzambinho. Sua saída foi destacada pelo jornal *Alto S. Francisco*, que lamentou a remoção do magistrado: *“Nossa Comarca acaba de sofrer uma sensível perda com a remoção, a pedido, do nosso distinto amigo e chefe do Judiciário para a Comarca de Muzambinho.”*

O periódico também elogiou sua atuação, ressaltando que: *“O respeitável magistrado, que exerceu por mais de dois anos o difícil mister de julgar, conquistou, tanto no meio forense quanto na sociedade, um grande círculo de admiradores de suas peregrinas virtudes. Juiz isento e cidadão probo sob qualquer aspecto, o Dr. Acayaba deixa Piumhi, mas em cada um de seus corações fica um amigo e um admirador sincero.”* (*Alto S. Francisco*, edição nº 909, 17/03/1946).

Com a vaga deixada por Acayaba, o Judiciário Mineiro nomeou o Dr. Alfredo Guimarães Chaves como novo juiz da Comarca de Piumhi. Segundo o *Alto S. Francisco* (21/07/1946), ele chegou à cidade: *“Precedido de justo renome e prestígio, obtido por atuações brilhantes, sábias e denunciadoras da integridade de caráter, fineza moral e cultura intelectual de seu autor.”* A nomeação foi bem recebida pelos círculos jurídicos, que demonstraram confiança no novo magistrado.

Pouco após sua posse, o Dr. Alfredo Chaves mostrou-se determinado a agilizar os serviços jurídicos pendentes. Em 12 de agosto de 1946, nomeou um júri para julgar *“importantes casos ainda pendentes”*. Durante o período em que Piumhi ficou sem juiz, algumas demandas foram conduzidas por Bernardino Polcaro, então Juiz de Paz, atuando como substituto.

Além de suas funções judiciais, Dr. Alfredo buscava estreitar laços com a comunidade. Uma de suas iniciativas foi

organizar a visita do renomado matemático Malba Tahan, que lideraria uma expedição de fotógrafos e cinegrafistas para registrar detalhes da viagem (*Alto S. Francisco*, edição nº 926, 25/08/1946).

Formado em Direito no Rio de Janeiro, Dr. Alfredo possuía grande paixão pela matemática. Essa afinidade o levou a escrever diversos artigos sobre o tema, incluindo a história *Os Três Filósofos*, publicada na revista *Al-Karismi*, fundada por Malba Tahan na década de 1940. Um de seus trabalhos mais notáveis foi a criação de uma forma matemática e inusitada para escrever o nome da cidade de Piumhi, satirizando as frequentes variações na grafia do município: π -1-í (a letra grega π , o numeral 1 e a letra í acentuada).

Em 1953, o *Alto S. Francisco* publicou uma homenagem ao Dr. Alfredo em razão de seu aniversário, destacando suas qualidades:

“Dono de uma inteligência viva e culta, o Dr. Guimarães Chaves é considerado uma das maiores autoridades em jurisprudência. Profundo conhecedor e perfeito intérprete dos Códigos e Leis, tem-se destacado, ainda, por sua dedicação às ciências exatas.” (*Alto S. Francisco*, nº 1199, 18/10/1953).

Sua personalidade era marcada pela simplicidade e introspecção. Ovídio Arantes de Melo, seu vizinho, descreveu-o como um homem magro, de locomoção e fala difíceis, mas dotado de uma inteligência excepcional. Ele costumava passar as noites observando o céu com um telescópio na varanda da casa paroquial. Outro vizinho, Ernani Silveira, destacou sua vasta biblioteca e o hábito de comprar



Dr. Alfredo Guimarães Chaves assumiu a Comarca em julho de 1946. Embora fosse apontado como simpatizante da UDN, destacou-se como um intelectual dividido entre o Direito e sua paixão pela Matemática

e ler incessantemente livros com seu próprio salário.

Em uma carta datada de 9 de junho de 1947, endereçada ao professor Mello e Souza (Malba Tahan), Dr. Alfredo expressava sua paixão pela matemática e seu carinho por Piumhi. Na correspondência, manifestava o desejo de levar o amigo para conhecer a cidade e explorar as margens do rio São Francisco. Além disso, mencionava as dificuldades políticas locais, refletindo sobre o cenário tenso das eleições que se aproximavam.

Sua primeira missão eleitoral foi a eleição para governador e deputados estaduais, em janeiro de 1947, na qual a UDN, liderada por Milton Campos, saiu vitoriosa. Sua segunda empreitada foi a eleição municipal de novembro do mesmo ano, que também resultou em vitória para a UDN.

A oposição, no entanto, acusou o juiz de ser *“udenista de coração e alma”*, atribuindo-lhe a culpa pelas derrotas do PSD. Mas será que essa acusação era justa? O leitor é convidado a tirar suas próprias conclusões.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

A Primeira Revanche da UDN: Governo de Minas

No dia da eleição, 19 de janeiro de 1947, Piumhi contava então com 3.164 eleitores aptos a votar, distribuídos em nove seções eleitorais

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Após a promulgação da nova Constituição, em 18 de setembro de 1946, o Brasil passou a viver, de fato, sob ares democráticos -- ao menos do ponto de vista legal. Inicialmente, foram convocadas eleições para governadores dos Estados, vice-governadores e deputados estaduais que comporiam as Assembleias Legislativas. Essas eleições ocorreram em 19 de janeiro de 1947. Nesse pleito, os eleitores também votaram para deputados federais e senadores, com o objetivo de completar os órgãos legislativos federais, uma vez que, na eleição de dezembro de 1945, foram eleitos apenas os membros necessários à composição da Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela elaboração da nova Carta Constitucional (ALTO S. FRANCISCO, 1946).

A disputa foi novamente polarizada entre a UDN e o PSD. Para o governo de Minas Gerais, os dois candidatos mais destacados foram Milton Soares Campos, da UDN -- apoiado por dissidentes do PSD, integralistas, comunistas e membros do Partido Republicano ligados ao ex-presidente Artur Bernardes -- e José Francisco Bias Fortes, do PSD. A candidatura de Milton Campos, inicialmente, parecia apenas uma "candidatura de protesto", sendo descrita como uma "verdadeira aventura romântica", já que sua campanha começou de maneira despretensiosa, com apenas meia dúzia de udenistas percorrendo o interior do Estado para divulgar a palavra daquele "pregador cívico" que buscava "semear o trigo na terra árida dos eleitores de cabresto" (ALTO S. FRANCISCO, 1946). No entanto, o Comitê Pró-Milton Campos conseguiu ampliar significativamente a campanha. Em contrapartida, a candidatura de Bias Fortes enfrentava resistências, especialmente por ser apoiada por políticos ligados a Benedito Valadares (o chamado Valadarismo).

No final de 1946, as páginas do jornal Alto S. Francisco demonstravam apoio velado ao candidato udenista, Milton Campos. Em um texto intitulado "Votar Dignamente", publicado na edi-

ção nº 938, de 29 de dezembro de 1946, lia-se: *"Não se pode alcançar a felicidade no meio de desgraçados; não é possível enriquecer-se à custa dos miseráveis e não conseguiremos prosperidade moral e material num Estado mal administrado, onde as autoridades desconheçam o respeito à honra, ao pudor e à dignidade. Daí o imperioso dever do mineiro, nas próximas eleições, especialmente daquele que tem a sorte de ter mais luz, concorrer para o levantamento de Minas, votando na personalidade pura do grande mineiro que é o Dr. Milton Soares Campos, candidato colocado acima dos interesses partidários"* (ALTO S. FRANCISCO, 1946).

A Liga Católica, por sua vez, em texto intitulado "Abaixo a Mentira", publicado no Alto S. Francisco em 19 de janeiro de 1947, declarou-se imparcial quanto à escolha dos candidatos, afirmando: *"A Junta Estadual da Liga Eleitoral Católica julga dignos de receber os sufrágios dos católicos de Minas Gerais os dois candidatos ao governo do Estado, drs. José Francisco Bias Fortes e Milton Soares Campos, visto terem ambos respondido satisfatoriamente ao questionário que lhes foi apresentado"* (ALTO S. FRANCISCO, 1947).

No dia da eleição, 19 de janeiro de 1947, Piumhi contava com 3.164 eleitores aptos a votar, distribuídos em nove seções eleitorais. Essas seções estavam localizadas na Prefeitura, no Fórum, na Coletoria Estadual e nos Grupos Escolares Dr. Avelino de Queiroz e Josino Alvim, sendo presididas por diversas autoridades locais, como Dr. Eduardo Heringer, Dr. Aníbal Maia, Raul da Costa Lima, José Firmino Pereira, entre outros (ALTO S. FRANCISCO, 1947). Apesar da ausência de resultados definitivos para a cidade, sabe-se que Milton Campos venceu por uma margem apertada, com 53,54%



Milton Soares Campos, eleito governador de Minas pela UDN nas urnas de 19 de janeiro de 47, primeira vitória do partido em Piumhi.

dos votos, contra 46,46% de José Francisco Bias Fortes. Assim, a UDN conquistou sua tão almejada revanche, saindo vitoriosa no pleito.

Para o Senado, foram eleitos Artur Bernardes Filho (PR) e Benedito Valadares (PSD). Já para a Câmara dos Deputados, elegeram-se dois representantes do PSD (Carlos Luz e Vasconcelos Costa) e um do PR (Faria Lobato), enquanto a UDN não obteve êxito na eleição de deputados federais. A nova Assembleia Legislativa de Minas Gerais seria composta por 72 deputados, com maioria do PSD (ALTO S. FRANCISCO, 1947).

Com a nova Constituição Mineira promulgada, foram convocadas eleições municipais para o final de 1947. Era o momento de preparar a segunda revanche da UDN, que mantinha sua luta por maior representatividade política em Minas Gerais. Para a concretização plena do processo de redemocratização do país, restavam apenas os municípios -- etapa que se revelou um pouco mais complexa. Curiosamente após a chegada do Dr. Alfredo Chaves a UDN conseguiu a sua primeira revanche iniciando um ciclo de domínio que somente seria quebrado 12 anos depois.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

RUMO ÀS URNAS

As convenções de 1947 e a disputa eleitoral entre a UDN, PR e o PSD

‘À hora designada, ao espoucar dos fogos nas imediações, grande massa popular começou a afluir ao local da convenção’

ACERVO DO AUTOR



Os deputados Fabrício Soares da UDN, Maurício de Andrade e Olinto Fonseca do PSD marcaram presença nas convenções partidárias em Piumhi em outubro de 1947, ‘uma autêntica parada democrática’

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Após a promulgação da Constituição Estadual de Minas Gerais em 15 de julho de 1947, o cenário estava pronto para as aguardadas eleições municipais de novembro. Com a data oficializada pela Justiça Eleitoral, a cidade de Piumhi transformou-se em um palco de intensas articulações políticas. A disputa entre os partidos majoritários -- especialmente a UDN e o PR -- intensificou-se em um ambiente marcado por promessas e acordos, refletindo a persistência de práticas clientelistas, ainda que o “coronelismo” já não fosse mais a norma dominante.

Nesse contexto, realizaram-se as convenções partidárias para escolha dos candidatos a prefeito, vice-prefeito, vereadores e juizes de paz, e a disputa estava longe de ser simples. A UDN e o PR marcaram suas convenções para o dia 12 de outubro de 1947, no Cine Brasil. Segundo o jornal ALTO, “à hora designada, ao espoucar dos fogos nas imediações, grande massa popular começou a afluir ao local da convenção” (ALTO, 26/10/1947). O deputado estadual Fabrício Soares da Silva, em visita à sua terra natal, foi o convidado para presidir os trabalhos, o que demonstrava a importância de sua presença para reforçar o apoio à UDN junto à Assembleia Legislativa de Minas Gerais e ao governador Milton Campos. O evento contou com a participação de figuras de destaque, como Clóvis Couto e José Alves Cassini, reconhecidos como líderes políticos locais (ALTO, 26/10/1947).

A convenção da UDN foi marcada por uma atmosfera de fervor cívico, sendo descrita como “um belo espetáculo, uma autêntica parada democrática” (ALTO, 26/10/1947). A legenda

estabeleceu sua chapa com o Dr. Oswaldo Soares Machado como candidato a prefeito e Clóvis Couto como vice-prefeito, consolidando também candidaturas para os demais cargos. O movimento foi amplamente percebido como uma preparação estratégica para garantir uma vitória eleitoral e consolidar a revanche do partido, após o sucesso nas eleições estaduais daquele mesmo ano.

Em contraste, o PSD realizou sua convenção em 26 de outubro, igualmente no Cine Brasil. Embora não tão efusiva quanto a da UDN, a reunião reuniu expressivo número de apoiadores e contou com a presença dos deputados José Maurício de Andrade e Olinto Fonseca Filho, vindos de fora da cidade -- fato que gerou críticas locais, conforme apontado pelo Redator (ALTO, 02/11/1947). O PSD lançou o médico Jair Ferreira Leite e o fazendeiro José Neca da Costa como candidatos a prefeito e vice-prefeito, respectivamente. No entanto, a escolha não foi consensual dentro do partido, pois ambos os nomes estavam associados a remanescentes do valadarismo, o que enfraquecia sua imagem perante parte do eleitorado (ALTO, 02/11/1947).

O embate eleitoral entre UDN e PSD desenhava-se como um confronto entre duas forças tradicionais da política local, ambas com profundas raízes familiares e sociais em Piumhi. O fato de os dois candidatos a prefeito -- Dr. Oswaldo Soares Machado e Dr. Jair Ferreira Leite -- serem médicos de famílias influentes tomava a disputa ainda mais interessante, com o resultado das eleições, previstas para 23 de novembro, permanecendo imprevisível até o último voto.

A polarização eleitoral acentuou-se com o crescente apoio da juventude piumhiense à candida-

tura da UDN. Em 31 de outubro de 1947, o ALTO registrou uma “vibrante manifestação de civismo” promovida pela Ala Moça de Piumhi, composta por jovens filiados ao partido. O evento, também realizado no Cine Brasil, atraiu grande público e foi descrito como “um espetáculo de entusiasmo e ardor cívico”, com a juventude comprometendo-se com a causa udenista (ALTO, 01/11/1947). A presença da Ala Moça reforçou a imagem da UDN como representante dos anseios de uma nova geração, disposta a romper com as práticas políticas do passado e a lutar pelo progresso e tranquilidade do município.

A manifestação juvenil culminou em discursos inflamados de Clóvis Couto, candidato a vice-prefeito pela UDN, e de outros líderes da chapa, reiterando a ideia de que a vitória da UDN significaria um futuro melhor para Piumhi (ALTO, 01/11/1947). A juventude firmava-se como pilar fundamental da campanha, não apenas por sua mobilização, mas pela identificação com os valores de mudança e renovação política defendidos pelo partido.

À medida que se aproximava a data das eleições, Piumhi se preparava para mais um capítulo de sua história política. Com a cidade dividida entre as candidaturas da UDN e do PSD, o pleito prometia ser decisivo. A definição da vitória dependeria das estratégias de campanha, da capacidade de mobilização e, sobretudo, do apoio popular, que ainda se mostrava incerto. O futuro da cidade estava em jogo, e a revanche da UDN, iniciada com a vitória estadual de 1947, estava prestes a ser confirmada -- ou desafiada -- nas urnas municipais.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Dobradinha da UDN na Prefeitura de Piumhi e na Câmara Municipal em 1947

A segunda revanche

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A reação do Partido Social Democrático (PSD) frente à vitória nas eleições de dezembro de 1945 e a ascensão da União Democrática Nacional (UDN) nas eleições estaduais de janeiro de 1947 acirraram ainda mais as rivalidades entre os dois partidos em todo país, mas de modo especial em Piumhi. As eleições municipais estavam confirmadas para o dia 23 de novembro de 1947, e tanto a UDN quanto o PSD já haviam realizado suas convenções municipais, indicando seus candidatos a prefeito, vice-prefeito, vereadores e juízes de paz.

Com um período curto de campanha, a agenda dos candidatos tornou-se intensa. Vencer o terceiro embate eleitoral era essencial para a consolidação do monopólio político em Piumhi. A disputa eleitoral envolveu comitês, mobilização de cabos eleitorais, troca de favores, distribuição de santinhos e, na calada da noite, a propagação de folhetins que destacavam aspectos negativos ou pessoais dos adversários como nos ensina Boris Fausto em *História do Brasil*.

No dia das eleições, os “quartéis eleitorais” estavam lotados. Chamava-se de quartel um local onde os candidatos serviam refeições aos eleitores da zona rural, que representavam a ampla maioria da população e que vinham à cidade para votar. O jornal *Alto S. Francisco*, em sua edição de 7 de dezembro de 1947, registrou: “*Sob todos os aspectos em que se encarem, as eleições municipais de 23 de novembro último, em Piumhi, constituíram eloquente atestado de compreensão cívica e legítima demonstração de consciência democrática do povo piumhiense*”. O texto enfatizou ainda que o resultado das eleições refletia “*o intenso trabalho das correntes partidárias ativas no município, evidenciado pelo comparecimento eleitoral satisfatório, demonstrando que o povo se acha compenetrado de suas responsabilidades cívicas e morais*” nas palavras de José Murilo de Carvalho em *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*.

A análise do resultado das eleições sugere um discurso eufórico e favorável à UDN, conforme o posicionamento ideológico do jornal: “*A nítida vitória da legenda da União*



O médico Dr. Oswaldo Soares Machado e o farmacêutico Clóvis Couto: eleitos prefeito e vice na primeira eleição direta após fim do Estado Novo



Democrática Nacional foi uma decorrência lógica e incontestável de uma campanha das mais honestas e elevadas que temos presenciado. Procurando, acima de tudo, o esclarecimento do eleitorado, com a análise clara e sensata dos fatos, a UDN de Piumhi construiu os alicerces de seu triunfo na compreensão popular e na decisão consciente de cada eleitor”.

A UDN saiu vitoriosa, elegendo o prefeito Dr. Oswaldo Soares Machado, o vice-prefeito Clóvis Couto e a maioria na Câmara Municipal. O resultado apurado foi o seguinte: para prefeito, Dr. Oswaldo Soares Machado (UDN) obteve 2.672 votos, enquanto Dr. Jair Leite (PSD) recebeu 2.473 votos. Para vice-prefeito, Clóvis Couto (UDN) venceu com 2.642 votos contra 2.473 votos do candidato do PSD, José Neca da Costa. A diferença de votos entre os candidatos a prefeito foi de 199, um número relativamente pequeno considerando o total de 5.286 eleitores que compareceram às urnas. Para vice-prefeito, a diferença foi ainda menor: apenas 169 votos. Registra-se ainda a existência de 120 votos nulos e 21 em branco.

Para vereador, a votação pela UDN foi distribuída da seguinte forma: Dr. Oscar Soares Machado (531 votos), Joaquim Arantes (468), Dr. Jamil Caran (410), Geraldo Gomes da Silva (291), José Alves de Melo (253), José César Augusto Maia (190), José Soares de Oliveira Sobrinho (178), Antônio Ruy Almada (149), Dejanir Soares (138) e Leonel Gonçalves de Moura (52). Foram eleitos os seis mais votados. Pelo PSD, os resultados foram: José da Mata (365 votos), Nelson Pereira de Barros (272), Higino Pinto Vidal (266), Dr. Vitrasia-

no Leonel da Silva (250), João Menezes (245), Dr. Manoel Hermeto Júnior (236), Mauro Leite Praça (211), Antônio Leonel (169), José Dolotério (152), Alcidino Oliveira (137) e Antônio Gabriel (133), sendo eleitos os cinco mais votados. A legenda da UDN somou 2.660 votos, enquanto o PSD obteve 2.436 sufrágios.

Para Juiz de Paz, os votantes elegeram três candidatos. Pela UDN, os eleitos foram Grijalva Terra (1.578 votos), Severo Veloso (1.524) e João dos Santos (1.523). Pelo PSD, os candidatos Bernardino Polcaro, Dr. João da Costa Mesquita e Manoel de Souza obtiveram 1.493 votos cada. Nos distritos, a UDN venceu em Capitólio e Perobas, enquanto o PSD prevaleceu em Santo Hilário.

Comentando o panorama geral das eleições, o redator do *Alto* afirmou: “*Como se pode ver pelos resultados aqui divulgados, a vitória da UDN foi das mais completas. Sob sua legenda, elegeram-se prefeito, vice-prefeito, seis dos onze vereadores que constituirão a Câmara Municipal e os juízes de paz dos distritos da cidade, Perobas e Capitólio. O PSD, além de seus vereadores, nada mais conseguiu senão o Juiz de Paz e suplentes do distrito de Santo Hilário*”.

Encerradas as eleições, foram marcadas as diplomações e a data para a posse e instalação da nova Câmara Municipal. Vê-se que a UDN conseguiu a sua segunda revanche com sabor especial por ter alcançado a cadeira do prefeito, o primeiro eleito após a redemocratização do país, e a maioria absoluta na Câmara o que garantiria uma administração tranquila e satisfatória.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Instalação da Câmara: um marco democrático

Com 6 votos dos 11 possíveis o vereador Jamil Karam foi eleito presidente da Mesa Diretora do Legislativo Municipal para o ano de 1948; Dr. Vitrasiano Leonel da Silva somou 5 votos

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Após quase dez anos sem um Poder Legislativo atuante, a Câmara Municipal de Piumhi foi festiva e solenemente instalada no dia 18 de dezembro de 1947. A cerimônia ocorreu no antigo prédio da Prefeitura Municipal, na Sala de Sessões da Câmara, às 14 horas, com a presença do Excelentíssimo Dr. Juiz de Direito e Juiz Eleitoral, Dr. Alfredo Guimarães Chaves, que conduziu parte dos trabalhos.

Estiveram presentes os vereadores eleitos no pleito de 23 de novembro de 1947: Dr. Jamil Caram (UDN), Joaquim Arantes (UDN), o farmacêutico José César Augusto Maia (UDN), Dr. Vitrasiano Leonel da Silva (PSD), Geraldo Gomes da Silva (PSD), José Alves de Melo (UDN), o farmacêutico João Menezes (PSD), Nelson Pereira de Barros (PSD), Higino Pinto Vidal (PSD), José da Mata Oliveira (UDN) e Oscar Soares Machado (UDN) – totalizando 11 parlamentares, todos devidamente diplomados.

O Juiz Eleitoral, Dr. Alfredo Guimarães Chaves, *‘após convidar as autoridades e pessoas gradadas a tomarem assento no recinto da sala’* (Livro de Atas da Câmara nº 04, Fls. 119), designou o vereador Oscar Soares Machado como secretário do ato. Em seguida, solicitou que os vereadores apresentassem seus diplomas, os quais foram conferidos pela autoridade judiciária, comunicando que *‘lhes ia dar posse nos cargos’* (Livro de Atas da Câmara nº 04, Fls. 119).

Antes disso, o vereador Oscar Soares Machado pediu a palavra e arguiu que, *‘na conformidade do disposto no art. 41 da Lei de Organização Municipal, sendo cunhados os vereadores eleitos José da Mata Oliveira e José Alves de Melo, entendia que deveria ser esclarecido se, para a presente sessão, prevalecia a incompatibilidade referida. Pedia que, no caso de ocorrer incompatibilidade, se convocasse imediatamente o suplente, que se achava no recinto’*. Por sua vez, o Dr. Vitrasiano Leonel da Silva afirmou *‘que concordava que prevalecia incompatibilidade entre os vereadores, parentes em 2º grau, porém não era o M.M. Juiz Eleitoral autoridade competente para convocar o suplente, uma vez que, de acordo com o nº VI, do art. 49, somente no caso de renúncia lhe cabia fazer a convocação do suplente’* (Livro de Atas da Câmara nº 04, Fls. 119V). Diante da situação, o Juiz Eleitoral declarou-se incompetente para decidir sobre a convocação do suplente e afirmou que a questão deveria ser resolvida em sessão própria da Câmara, registrando que *‘julgava-se o M.M. Juiz incompetente para decidir a questão, deixando a mesma para ser levantada e resolvida oportunamente na alta*

soberania da Câmara Municipal’ (Livro de Atas da Câmara nº 04, Fls. 119V).

Verificados e estando em regularidade os diplomas apresentados, o Juiz Eleitoral convidou o vereador Oscar Soares Machado, mais votado nominalmente, para prestar compromisso sob as palavras: *‘Prometo cumprir dignamente o mandato a mim confiado, observando as leis e trabalhando pelo engrandecimento deste Município’*. Após isso, cada um dos vereadores declarou: *‘Assim o prometo’*.

Na sequência, procedeu-se à eleição da Mesa Diretora

para o ano de 1948, por meio de voto secreto. A pedido do vereador Dr. Vitrasiano Leonel da Silva, a sessão foi suspensa por vinte minutos para que os vereadores pudessem se munir das cédulas. Reiniciados os trabalhos, os parlamentares foram chamados nominalmente para depositar seus votos na urna, *‘guardadas as cautelas necessárias ao sigilo do mesmo’* (Livro de Atas da Câmara nº 04, Fls. 119V). Os vereadores Dr. Vitrasiano Leonel da Silva e Dr. Oscar Soares Machado foram designados escrutinadores, e, ao contarem os votos, verificaram o seguinte resultado: Presidente: Dr. Jamil Caram (6 votos), Dr. Vitrasiano Leonel da Silva (5 votos); Vice-Presidente: José César Augusto Maia (6 votos), Higino Pinto Vidal (5 votos); Secretário: Joaquim Arantes (6 votos), João Menezes (5 votos).

Diante dos resultados, o Juiz Eleitoral proclamou os mais votados como eleitos e os convidou a tomar posse de seus cargos, após prestarem o compromisso regimental. Antes de passar a palavra ao Presidente eleito, o Juiz abriu a tribuna, momento em que o vereador Dr. Oscar Soares Machado *‘proferiu um discurso alusivo ao ato, salientando a correção das autoridades da Comarca ao presidirem o pleito de 23 de novembro’*. Em seguida, o Juiz passou a cadeira da presidência ao Presidente eleito, Dr. Jamil Caram, que agradeceu a confiança depositada e convocou uma sessão extraordinária para o dia 25 de dezembro de 1947, quando tomariam posse o Prefeito e Vice-Prefeito eleitos do município, Dr. Oswaldo Soares Machado e o farmacêutico Clóvis Couto (Livro de Atas da Câmara nº 04, Fls. 120).

UDN NO PODER MUNICIPAL

Em 25 de dezembro de 1947,



Dr. Jamil Caram: eleito primeiro presidente da Câmara de Piumhi após o fim do Estado Novo

Piumhi testemunhou, pela primeira vez em mais de dez anos, uma posse formal de prefeito eleito pelo povo, e não nomeado pelo governo do estado. A cerimônia ocorreu às 12 horas, sendo presidida pelo então presidente da Câmara, Dr. Jamil Caram, quando assumiram o prefeito Dr. Oswaldo Soares Machado e o vice Clóvis Couto. Estavam presentes os vereadores Dr. Oscar Soares Machado, José César Augusto Maia, José Alves de Melo, Geraldo Gomes da Silva e Joaquim Arantes, todos da UDN. Observou-se a ausência da bancada do PSD, indicando um possível boicote à solenidade e antecipando o cenário de embates políticos que se estenderiam por quase duas décadas.

Após a leitura da ata anterior, Dr. Oscar Soares Machado solicitou a palavra e destacou uma omissão: as palavras do Juiz Eleitoral Dr. Alfredo Guimarães Chaves, que desejava *‘que aquela fosse a última vez que era convocado para presidir a instalação de Câmaras Municipais derrubadas por golpes ditatoriais’*. A manifestação foi recebida com aplausos e registrada na ata (Livro de Atas da Câmara nº 04, Fls. 121).

Na sequência, o Presidente da Câmara, Dr. Jamil Caram, deu posse ao prefeito e vice-prefeito, extraindo deles o compromisso de *‘desempenhar com lealdade as funções de Prefeito, defender as instituições e cumprir as leis’* (Livro de Atas da Câmara nº 04, Fls. 121). O ato foi encerrado com a execução do Hino Nacional pela banda Lira São José e o convite para a cerimônia de transmissão de poderes no Cine Brasil.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Alto S. Francisco de novembro de 1949 avalia a primeira administração da UDN sob o comando do prefeito Dr. Oswaldo Soares Machado

‘A chegada do progresso e da modernização municipal’

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A gestão do prefeito Oswaldo Soares Machado, iniciada cerca de dois anos antes da publicação no jornal Alto São Francisco, é retratada como um período de transição e modernização na história administrativa de Piumhi. A matéria, publicada na edição nº 1068 de 19 de novembro de 1949, apresenta um panorama elogioso da atuação do chefe do Executivo municipal, destacando sua liderança num momento crítico da vida pública local, marcado por severas limitações financeiras, problemas estruturais e a necessidade urgente de reorganização da máquina municipal. Assumindo com coragem e espírito público, Machado rapidamente se destacou por sua capacidade técnica e sua dedicação às causas populares.

Logo nos primeiros meses de administração, dividiu seu trabalho em duas etapas bem definidas: uma fase inicial de preparação e diagnóstico da situação financeira e administrativa do município, seguida por uma etapa executiva, centrada na implementação de medidas concretas para reerguer a cidade. Foi promovida uma verdadeira auditoria interna, acompanhada de um esforço técnico para entender as reais condições do município. A partir desses estudos, o prefeito traçou planos objetivos, sempre buscando a máxima eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Entre as primeiras realizações de sua administração está o saneamento das finanças

municipais, com a quitação de dívidas antigas, a renegociação de compromissos e a reorganização das receitas. Com apoio da Caixa Econômica Estadual, foram adquiridas 23 máquinas pesadas importadas, entre elas um poderoso trator “Allis Chalmers”, fundamentais para a modernização da infraestrutura urbana e rural do município.

Tais aquisições permitiram a abertura de novas estradas, a conservação de vias existentes e a realização de obras antes consideradas inviáveis, o que resultou em expressiva melhoria na mobilidade regional e nas condições de trabalho no campo.

Paralelamente, Oswaldo Soares Machado demonstrou especial interesse pela educação, setor que considerava essencial para o desenvolvimento de Piumhi. Sua gestão reaparelhou as escolas rurais e iniciou o projeto para a construção de um novo prédio escolar, destinado a substituir o antigo edifício do Grupo Escolar Dr. Avelino de Queiroz, que se encontrava em condições precárias. O novo grupo escolar, segundo o jornal, já estava em vias de ser iniciado, com todo o planejamento e financiamento assegurados.



Dr. Oswaldo: prefeito da UDN que levou Piumhi ao nível ‘do progresso e modernização’

O prefeito também se destacou no campo do urbanismo. Ruas e praças passaram por reformas, embelezamento e reorganização do tráfego, contribuindo para transformar o aspecto da cidade e oferecer maior qualidade de vida aos seus habitantes. Essas intervenções foram executadas de forma contínua e planejada, num esforço constante de valorização do espaço público.

Do ponto de vista político-administrativo, Oswaldo Soares Machado é retratado como um gestor racional, técnico e metódico. Sua administração não se baseava em improvisos, mas sim em estudos, dados e planejamento criterioso. O Alto São Francisco destaca sua conduta como sendo marcada por honestidade, espírito público e abnegação, e afirma que a maior verba até então empregada em benefício direto do povo de Piumhi havia sido aplicada sob sua gestão.

A matéria encerra-se com um apelo à população para que reconheça os esforços de homens públicos dedicados ao bem comum. A figura de Oswaldo Soares Machado é apresentada como exemplo de gestor moderno, cuja administração teria deixado marcas indeléveis no processo de transformação e progresso do município. Assim, seu governo representa não apenas uma ruptura com práticas anteriores, mas o início de uma nova etapa na história política e administrativa de Piumhi, pautada pela eficiência, pelo trabalho e pela confiança no futuro da cidade.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

 **pontual**
gráfica

 **37 98842-0239**

@pontualgraficaecarimbos

 **Rua Bueno Brandão, 656 - Centro**
CEP 37.925-000 - PIUMHI - MG

A movimentação política em Piumhi nas eleições de 1950: partidos, lideranças e o ambiente social no calor da campanha eleitoral

UDN e PSD se alinham para mais uma disputa nas urnas

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

O ano de 1950 marcou um período de intensa movimentação política no Brasil e, por consequência, nos rincões de Minas Gerais, como se pode observar no município de Piumhi. O país vivia os momentos finais do governo do general Eurico Gaspar Dutra e se preparava para eleições que definiriam os rumos da redemocratização iniciada em 1945, após o fim do Estado Novo (1937–1945). No cenário nacional, despontavam figuras como Getúlio Vargas, candidato ao retorno pela via democrática; Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional (UDN); e Cristiano Machado, do Partido Social Democrático (PSD). Em Minas Gerais, o ambiente refletia os embates desses grandes nomes, mas com cores e contornos locais bastante vivos.

Segundo registros do jornal Alto S. Francisco, a vida política em Piumhi já estava efervescente no primeiro semestre de 1950. As reuniões partidárias do PSD, da UDN e do PTB aconteciam com frequência, reunindo correligionários e lideranças que debatiam estratégias para as campanhas vindouras. Esse engajamento expressava não apenas o interesse eleitoral, mas a vitalidade cívica de um povo interiorano que se via cada vez mais interligado ao destino nacional.

A imprensa municipal destacava que a juventude participava ativamente dos debates e comícios. Esse envolvimento da mocidade revela uma preocupação com a formação de uma nova geração política e uma sensibilidade social que ia além das disputas partidárias.



Prefeitura de Piumhi: eleição de 1950, outra queda de braço entre UDN e PSD

Também se registrava a mobilização da Banda de Música Santa Cecília, que mantinha acesa a tradição cultural e funcionava, de certa forma, como pano de fundo simbólico para os acontecimentos cívicos e políticos.

No campo das lideranças, circulavam rumores sobre possíveis candidaturas, como a de um influente líder local pelo PTB, apoiado por figuras da elite piumhiense. O Jornal mencionava supostos candidatos, com o apoio de membros da política municipal. Essas informações, ainda que veladas por iniciais, apontam para a dinâmica típica da política mineira da época, baseada em alianças locais, influência pessoal e composições entre grupos familiares.

O discurso público, no entanto, indicava certo cansaço da população com promessas vazias. Os editoriais cobravam “propostas concretas e realizáveis”, evidenciando um eleitorado cada vez mais atento e exigente. O mesmo se observava em todo o país, onde a população, cansada da instabilidade política do pós-guerra e das dificuldades econômicas, buscava líderes que oferecessem segurança e desenvolvimento.

Em meio a isso, surgia um novo fenômeno na vida cotidiana: o rádio. O aparelho, que então começava a chegar aos lares piumhienses, permitia

que discursos de líderes nacionais fossem ouvidos mesmo nos confins do interior, contribuindo para uma politização mais ampla da população e diminuindo, ainda que lentamente, a distância entre o eleitorado rural e os grandes centros de decisão.

Nesse sentido, a movimentação política em Piumhi em 1950 não pode ser entendida como um episódio isolado, mas como parte de um processo mais amplo de reorganização democrática, em que o interior de Minas Gerais desempenhava um papel relevante. O estado, inclusive, seria crucial nas eleições presidenciais daquele ano: Getúlio Vargas venceria com apoio expressivo em Minas e em outros estados do Sudeste e Sul, sendo alçado de volta ao poder, agora pelo voto.

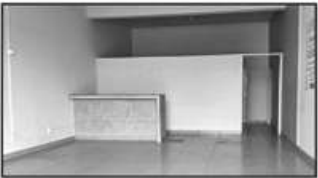
No nível municipal alinhava-se a candidatura pelo PSD do farmacêutico Clóvis Couto e Dr. Oswaldo Soares Machado para vice, uma inversão da dobradinha da eleição anterior. Já o PSD lançou como candidato a prefeito o farmacêutico João Menezes e o industrial Nelson Pereira de Barros (Nelsinho Pereira). Paralelamente aos cargos majoritários diversos piumhienses puseram seus nomes à prova como candidatos ao Legislativo municipal. Na campanha os ânimos aqueciam cada vez mais.

Portanto, os registros do jornal Alto S. Francisco oferecem um retrato fiel e valioso de um tempo em que a política era assunto de esquina, de praça e de coreto; em que o debate democrático florescia no coração do Brasil interiorano, sustentado por instituições locais, como os ginásios, bandas e clubes, e animado por lideranças que traduziam o cenário nacional para a realidade cotidiana do povo de Piumhi.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

ALUGO

SALÃO COMERCIAL



Ótima localização
Rua Santo Antônio,
988 área 20 m²
1 banheiro

TRATAR PELO TELEFONE
(37) 99983-3565

VENDO

Na avenida Francisco de Paula Rosa, Bela Vista (Sítio Pâmela) entre os números 190 e 212, área total de 312,5m², 12,5m² de frente e fundo, 25m² de cada lado. Lote praticamente todo murado, documentos em dia para passar escritura.

Valor R\$ 95 mil.

TRATAR C/ OLIVEIRA DO TÁXI
(37) 99966-1323

ALUGO GALPÃO

Na rua D. Pedro II, 267

Para mais informação **TRATAR C/ JOSÉ**
ANTÔNIO (37) 99906-2397

A ELEIÇÃO DE 1950

Vitória udenista, reconfiguração política e clamor da continuidade

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

As eleições de 3 de outubro de 1950 representaram uma virada significativa na política piumhiense, com a consagrada vitória de Clóvis Couto, candidato da União Democrática Nacional (UDN) à prefeitura. Conforme noticiado pelo jomal *Alto S. Francisco*, tratou-se de uma ‘vitória consagradora’, impulsionada tanto pelo apoio popular ao vice, Dr. Oswaldo Soares, quanto pela ampla adesão dos eleitores ao projeto udenista, que defendia a continuidade da administração anterior.

A vitória de Clóvis Couto foi expressiva: obteve 1.936 votos contra 1.682 dados a João Menezes, candidato da coligação adversária. Para vice-prefeito, Dr. Oswaldo Soares Machado, também da UDN, alcançou 1.967 votos, superando Nelson Pereira de Barros, que recebeu 1.676 -- uma disputa acirrada, embora com margem ainda mais confortável do que a registrada para o cargo de prefeito. Essa dupla vitória evidenciava a confiança da população piumhiense na proposta udenista e na chapa Clóvis/Dr. Oswaldo, vista como legítima sucessora da gestão então vigente, capitaneada pelo próprio Dr. Oswaldo.

A composição da chapa eleita insere-se em um contexto de consolidação da UDN como força hegemônica local, refletindo uma tendência observada em setores urbanos do eleitorado brasileiro naquele ano. Nacionalmente, a legenda seria derrotada na disputa presidencial por Getúlio Vargas, mas em Piumhi conquistava não apenas a Prefeitura, como também expressiva representação na Câmara Municipal e resultados relevantes no pleito legislativo.

O júbilo popular, registrado na cobertura do *Alto S. Francisco*, evidenciava uma campanha carregada de simbologias afetivas e discursos de unidade. Expressões como ‘plebiscito de confiança’ e ‘movimento cívico de reafirmação moral’ reforçavam a ideia de que a vitória udenista representava a vontade soberana do povo, em contraste com campanhas adversárias descritas como ‘divididas’ e ‘desagregadoras’.

Para os pessedistas piumhienses, contudo, algo parecia fora do lugar na segunda derrota consecutiva para a UDN. As lideranças do PSD passaram a refletir sobre os equívocos cometidos, revendo estratégias de campanha. Surgiram então suspeitas quanto à imparcialidade do juiz eleitoral, Dr. Alfredo Guimarães Chaves, que já era considerado como um ‘udenista de coração’.

Dessa desconfiança nasceu uma rixa duradoura entre o PSD local e o magistrado -- cujas consequências serão exploradas nos próximos capítulos desta narrativa histórica.

No plano estadual e nacional, os resultados também revelaram a diversidade de preferências do eleitorado piumhiense. Para presidente, Eduardo Gomes (UDN) superou Getúlio Vargas por uma diferença de 173 votos, sinalizando uma resistência local ao retorno de Vargas, mesmo em meio à sua crescente popularidade nacional. Para o governo de Minas Gerais, Gabriel Passos (UDN) venceu Juscelino Kubitschek (PSD) com folga: 1.998 a 1.735 votos -- reforçando a força udenista também no cenário estadual.

Já na disputa para deputado estadual e federal, os votos se pulverizaram entre diversos partidos. Nomes como Fabrício Soares, Paulo G. Guimarães e J. Maria Lobato (todos da UDN) receberam boa votação, assim como Maurício Andrade (PSD) e Jorge Ferraz (PR). Essa fragmentação indica que, embora a UDN dominasse o Executivo, o Legislativo local refletia uma considerável pluralidade política, abrindo espaço para futuras alianças e possíveis tensionamentos institucionais.

Outro aspecto digno de nota foi a estrutura dos partidos locais, que lançaram chapas independentes para o Legislativo e coligações proporcionais, como a formada por PSD e PTB. Pela UDN, foram eleitos: Jamil Caram (290 votos), Beraldo Soares (259), Antônio Olivério (272), Dr. Oscar Soares Machado (230) e Silvano Guimarães (213). Pela coligação PSD/PTB, os eleitos foram: Dr. Vitrásiano Leonel da Silva (282), Antônio A. Costa (279), Dr. Manoel Hermeto Júnior (238) e Nelson Leite (163).

A análise dos eleitos e dos demais votados aponta para um equilíbrio entre a força das tradicionais famílias locais e sinais de renovação política no município. Ainda pela UDN, foram votados: Josué Soares (209), Rui Almada (173), Olegário Gama (164) e Joaquim Modesto (143). Pelo PSD, também receberam votos:

ACERVO DO AUTOR



O farmacêutico Clóvis Couto: eleito em 1950 para o segundo mandato municipal da UDN

Afonso Machado (138), José Gouvêa (119), João Candidato (151), Messias Batista (115), José Vieira (81) e José Goulart (45).

A cobertura do *Alto S. Francisco* destacou ainda o caráter pacífico do pleito, sem registro de incidentes relevantes -- fato que evidencia a maturidade democrática da cidade. Simbolicamente, a eleição de Clóvis Couto foi narrada como uma afirmação da confiança popular na moralidade administrativa e na continuidade de um projeto político liberal e moderado.

Assim, a eleição de 1950 em Piumhi representou um momento de consolidação democrática, marcado por campanhas centradas em discursos moralizantes, promessas de continuidade e apelos ao civismo. A vitória local da UDN contrastava com o êxito nacional de Vargas e do PSD, revelando como o interior mineiro podia seguir sua própria lógica eleitoral, ancorada em lideranças locais e vínculos comunitários.

A análise do *Alto S. Francisco* permite ainda perceber a vitalidade da imprensa como mediadora da política e formadora de opinião, ainda que o jornal não atingisse maioria da população. Ao descrever a eleição como triunfo do ‘povo unido’ e verdadeiro ‘plebiscito de confiança’, o Jornal reforçava o papel simbólico da vitória de Clóvis Couto na reconfiguração democrática brasileira. Com esse respaldo, partia a UDN para seu segundo mandato à frente da administração municipal.

Fale com o autor: professorluismelo@gmail.com

O Programa de Governo de Clóvis Couto: Compromissos de Uma Nova Administração ‘Confio no futuro de Piumhi’

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Eleito no pleito de 3 de outubro de 1950, Clóvis Couto conquistou o cargo de prefeito, em um contexto nacional de reconstrução democrática e regional de crescente mobilização popular por melhorias urbanas e rurais. Dias após a confirmação do resultado, o jornal *Alto S. Francisco* (edição nº 1.101, de 22 de outubro de 1950) publicou uma extensa entrevista com o prefeito eleito, em que este delineou com clareza e objetividade os princípios que norteariam sua gestão.

Logo no início da entrevista, Clóvis Couto adotou um tom conciliador e de reconhecimento à confiança popular: *“Antes de tudo — disse-nos o entrevistado — desejo, sinceramente, agradecer ao povo de Piumhi pela confiança em mim depositada, escolhendo-me para o cargo de Prefeito.”*

Consciente das *“responsabilidades que me aguardam”*, Clóvis Couto afirmou que seu mandato seria guiado por *“todo o empenho e honestidade”*. A honestidade e a austeridade no trato da coisa pública formavam, segundo ele, o eixo central de sua proposta: *“A aplicação das verbas será feita com o maior critério, evitando-se desperdícios. É preciso economizar os dinheiros públicos, empregando-os apenas no que for indispensável e útil à coletividade.”*

A estrutura de sua proposta administrativa se baseava em pilares temáticos, com destaque para os serviços essenciais. Ele se comprometeu a melhorar a *“limpeza pública, abastecimento d’água, conservação de ruas, iluminação e outros que forem julgados urgentes ou necessários”*.

A atenção aos mais pobres aparece como uma das bandeiras mais fortes do discurso. Em um trecho emblemático, o prefeito eleito reafirmava seu senso de justiça social: *“Desejo prestar especial atenção às classes menos favorecidas. Procurarei auxiliá-las com medidas que possam atenuar-lhes as dificuldades.”*

No setor da Educação, Clóvis Couto prometeu apoio direto ao ensino primário, com medidas que contemplariam tanto o meio



Ruínas da Usina Hidrelétrica da Confusão. Um dos maiores desafios de Clóvis Couto como prefeito foi ampliar a barragem e sua capacidade de produção energética diminuindo a falta de eletricidade na cidade

urbano quanto o rural: *“É meu firme propósito colaborar com o ensino primário, ajudando os professores e cuidando da construção e manutenção das escolas, tanto na sede quanto nos distritos e zona rural”*. Importante destacar que naquela época a maioria da população piumhiense vivia no meio rural.

O discurso municipalista também se refletia em sua proposta para o campo. Ele reconhecia a importância dos lavradores e da produção agrícola local: *“A agricultura será incentivada por todos os meios ao alcance da Prefeitura. Os lavradores poderão contar com o apoio da administração (...)”*

Dentre as ações estruturantes mais ambiciosas, destacava-se um plano de obras públicas: *“Desejo realizar um plano de obras que compreenda o calçamento de ruas, recuperação das estradas vicinais, construção de pontes, mata-burros, muros de arrimo e outras benfeitorias”*. Além disso, havia o compromisso com o enfrentamento de enchentes: *“Estudarei também a possibilidade de implantar um sistema de drenagem nos locais sujeitos a alagamentos.”*

A Saúde Pública era outra preocupação destacada na entrevista, especialmente a carência de atendimento médico na cidade: *“Procurarei conseguir a vinda de mais médicos para a cidade e estudarei a instalação de um pequeno hospital ou casa de saúde que possa atender aos casos urgentes”*.

A valorização do regime de-

mocrático e do diálogo institucional aparece com clareza no trecho em que o prefeito eleito se refere ao relacionamento com a Câmara Municipal: *“Pretendo manter permanente colaboração com a Câmara Municipal, respeitando suas decisões e sugestões. Entendo que o bom êxito de uma administração depende, em grande parte, da harmonia entre os Poderes.”*

Mais que um gestor, Clóvis Couto se apresentava como alguém disposto à escuta e ao diálogo constante com os cidadãos: *“Estarei sempre disposto a ouvir as opiniões e sugestões dos munícipes, que são os verdadeiros interessados no progresso de Piumhi.”*

Seu discurso encerrava-se com palavras de fé, união e esperança no futuro: *“Confio no futuro de Piumhi. Acredito no trabalho e no patriotismo do seu povo. Tenho fé em Deus e espero que todos, sem distinção de partidos ou ideologias, me auxiliem na tarefa de administrar com honestidade, dedicação e espírito público.”*

Esse documento histórico, publicado em um dos principais periódicos regionais da época, é mais do que um registro jornalístico. Ele representa uma fotografia do momento político e das aspirações de uma comunidade interiorana brasileira no pós-guerra -- marcada pelo desejo de desenvolvimento, justiça social e fortalecimento das instituições democráticas.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

PSD, UDN e o Juiz Alfredo

A UDN almejava vencer pela terceira vez consecutiva, enquanto o PSD, sedento por retomar o poder, alegava estar perdendo a chance de desenvolver a cidade com o partido no controle do governo estadual



Prédios que sediaram o Fórum da Comarca de Piumhi entre 1898 e 1953, e de 1953 a 2020: palcos das épicas disputas entre PSD e UDN — tendo, no centro dessas batalhas, o juiz eleitoral Dr. Alfredo Guimarães Chaves

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

O segundo mandato da União Democrática Nacional (UDN) em Piumhi, com a liderança de Clóvis Couto, estendeu-se de 31 de janeiro de 1951 a 31 de janeiro de 1955. Apesar das limitações impostas pelas reduzidas receitas municipais e pela pouca colaboração do governo estadual -- então sob o comando do Partido Social Democrático (PSD), liderado por Juscelino Kubitschek (1951–1956) --, a gestão foi considerada positiva. Entre suas principais realizações, destaca-se a construção do novo prédio do Fórum de Piumhi, cuja obra foi iniciada durante o governo de Milton Soares Campos e solenemente inaugurada em 10 de julho de 1953, já no governo de JK, quando a Comarca estava sob a responsabilidade do juiz Dr. Alfredo Guimarães Chaves. O edifício foi erguido sobre parte do antigo Cemitério Eclesiástico, interditado em 1932, e funcionou como sede do Fórum até 2020, quando foi substituído por uma nova e ampla estrutura no bairro Nova Esperança (loteamento Novo Horizonte).

No cenário nacional, o período também foi turbulento. Até 24 de agosto de 1954, o país era governado por Getúlio Vargas, cuja morte por suicídio naquele dia mergulhou o Brasil em uma grave crise política. A leitura da famosa “Carta Testamento” atribuiu responsabilidades à UDN de Carlos Lacerda e ao “capitalismo internacional” pela decisão trágica do presidente. A comoção social foi imensa, e o país passou por uma sucessão conturbada de chefes de Estado: Café Filho assumiu o governo, mas afastou-se por motivos de saúde;

Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu interinamente, mas foi deposto por tentar impedir a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Coube então ao presidente do Senado Federal, Nereu Ramos, assumir a presidência após aprovação do Congresso Nacional. Ramos decretou estado de sítio e nomeou o general Henrique Teixeira Lott como Ministro da Guerra. Este teve papel crucial na garantia da ordem constitucional e na posse de JK em 31 de janeiro de 1956.

O clima de tensão política refletiu-se também em Piumhi. Embora as eleições municipais estivessem marcadas para 3 de outubro de 1954, desde o início do ano já se prenunciava uma disputa acirrada entre a UDN e o PSD. A UDN almejava vencer pela terceira vez consecutiva, enquanto o PSD, sedento por retomar o poder, alegava estar perdendo a chance de desenvolver a cidade com o partido no controle do governo estadual.

Cientes da dificuldade, os líderes do PSD reformularam sua estratégia política, reestruturaram seu programa e buscaram novas alianças. Ainda assim, enfrentavam um grande obstáculo: o juiz eleitoral da Comarca, Dr. Alfredo Guimarães Chaves. Segundo denúncias dos líderes do PSD, o magistrado teria agido de forma parcial durante o processo de alistamento eleitoral.

A acusação era de que o juiz utilizava critérios distintos para deferir os títulos de eleitor, dependendo da filiação partidária do requerente. Os eleitores simpatizantes da UDN, acompanhados de seus cabos eleitorais, eram apenas solicitados a escrever seus nomes -- algo para o qual haviam sido treinados previamente por profes-

soras contratadas. Já os eleitores do PSD eram submetidos a um ditado com palavras complexas como “constituição”, “constituente” e “Juscelino Kubitschek”, o que resultava em muitos indeferimentos sob o pretexto de analfabetismo.

A manobra favorecia a UDN, que aumentava sua base eleitoral e saía vitoriosa nas urnas. Por sua vez, os aliados da UDN defendiam o juiz Alfredo como um homem probo, justo e de reputação ilibada.

Diante desse cenário, os líderes do PSD concluíram que não conseguiriam vencer as eleições enquanto Dr. Alfredo permanecesse na Comarca. Iniciaram, então, uma investigação sobre seu passado e descobriram diversos episódios polêmicos de sua atuação anterior como juiz em Alto do Rio Doce, na Zona da Mata mineira. As denúncias incluíam favorecimentos políticos, decisões judiciais controversas, recebimento irregular de auxílio-família e, mais polêmico ainda, o suposto “raptô” de sua companheira, dona Marina da Motta Moura, com quem vivia em união estável, mesmo sendo casado e pai de duas filhas no Rio de Janeiro-- situação que, à época, feria os rígidos padrões morais da sociedade.

Com essas informações em mãos, os membros do PSD iniciaram uma campanha de difamação contra o juiz, disseminando boletins anônimos pela cidade com o intuito de revelar, segundo eles, a verdadeira face do magistrado.

Tentaram também obter sua transferência de Piumhi, utilizando-se da influência política que possuíam junto ao governador JK. No entanto, esbarraram no princípio da inamovibilidade dos juízes, que garante independência ao Poder Judiciário, blindando-o contra pressões e interesses políticos.

Sem sucesso na tentativa de afastá-lo legalmente, a cúpula do PSD decidiu abordá-lo diretamente, oferecendo-lhe propina para que deixasse voluntariamente a Comarca. O magistrado recusou a proposta, alegadamente sem saber os reais motivos da oferta. Rumores davam conta de que a UDN teria feito uma contraproposta para garantir sua permanência no cargo.

Diante da recusa e do fracasso na tentativa de transferência, o PSD intensificou a campanha difamatória. O clima político na cidade tornou-se ainda mais tenso à medida que se aproximavam as eleições de outubro de 1954.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com



SHOW COM:



APOIO:



FESTA

O TREM BÃO SÓ!

JUNINA

VENDEAS DE MESAS
R\$ 50,00
(37) 98831-0624

JUNHO 14 19 HORAS

Rua Trajano Pinheiro Ribeiro - Ao lado da APAE de Piumhi

Boletins denunciam Dr. Alfredo Guimarães Chaves: escândalo silenciado

‘Uma toga manchada pela mácula do crime’

ACERVO DO AUTOR



Reprodução dos boletins que denunciam claramente os crimes que teriam sido cometidos pelo Juiz Alfredo. Interessante que os autores assinaram documentos mantendo às claras suas identidades, demonstrando assim a seriedade da situação

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Após o falecimento de seu pai, José Alves Batista -- o popular Zé Baiano -- a advogada e ex-presidente da 77ª Suseção da Ordem dos Advogados (OAB) de Piumhi, Dra. Mariana Aparecida Batista descobriu, entre antigos pertences cuidadosamente guardados, dois documentos de valor histórico inestimável. Tratam-se de boletins políticos redigidos no início da década de 1950, contendo denúncias graves contra o juiz da Comarca de Piumhi à época, Dr. Alfredo Guimarães Chaves.

Zé Baiano, pessedista convicto, havia preservado esses boletins como uma relíquia política. Ambos os documentos, intitulados “*Coisas que o povo deve saber*”, foram impressos no formato de cartas abertas à população. Embora circulasse na cidade jornal local na época, ao qual não tinham acesso, os autores recorreram a boletins mimeografados para divulgar as acusações e mobilizar apoio popular. O conteúdo das cartas indica que as denúncias já haviam sido formalmente encaminhadas ao então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira, também filiado ao PSD.

Esses boletins não eram anônimos: foram assinados por importantes lideranças políticas e cidadãos de reputação conhecida, o que lhes conferia peso e credibilidade. O objetivo principal era provocar a intervenção do governo estadual e da Corregedoria da Justiça, exigindo a transferência do juiz com base em relatos de parcialidade, prevaricação, abusos de autoridade e até crimes funcionais.

O primeiro boletim, datado de 12 de novembro de 1952, foi assinado por Nelson Roldão de Camargo, Etelvino Antônio de Andrade, Aristides Garcia Leão e Marieta de Souza. Nele, os autores se identificam como fazendeiros e moradores do município de Piumhi. O texto explica que o documento constitui “*os termos de uma denúncia apresentada ao Excmo. Governador do Estado*”, com o compromisso de divulgar a verdade em série de boletins, dada a ausência de um veículo de imprensa local.

O conteúdo revela a insatisfação popular com a conduta do juiz Alfredo Guimarães Chaves. Segundo a denúncia, após a chegada de um policial da Chefia de Polícia para atuar na Delegacia Regional de Piumhi em julho daquele ano, foi retomada uma antiga queixa envolvendo uma quadrilha na cidade. As investigações resultaram na prisão de Joaquim

Justino de Souza, José Mateus Gomes, Nativo Mateus Gomes, Augusto Justino de Souza e João Mateus Gomes, que confessaram diversos furtos. A delegacia solicitou então a prisão preventiva dos envolvidos.

Contudo, alegam os denunciantes, o juiz -- simpatizante declarado da UDN (União Democrática Nacional), partido ao qual os réus também pertenciam -- indeferiu o pedido e, em vez disso, concedeu *habeas corpus* aos acusados. Os próprios detidos teriam afirmado, ainda na porta da delegacia, que “*enquanto existir aquele partido político e o Dr. Alfredo Guimarães Chaves como juiz, eles não iriam para a cadeia*”.

Mesmo após novo pedido da delegacia, já com provas adicionais, o juiz permaneceu inerte. Segundo relato, ele chegou a garantir pessoalmente ao hoteleiro Laurentino Batista Lopes, proprietário do Hotel Central, onde residia, que “*os ladrões podiam ficar tranquilos porque ele prometera não decretar a prisão deles*”.

‘TOGA MANCHADA’

As acusações vão além. Os signatários afirmam que havia mais de 120 processos paralisados no fórum da Comarca, todos relacionados a correligionários políticos do juiz. Denunciam, ainda, que o magistrado utilizava sua posição para favorecer aliados e perseguir desafetos. Um dos episódios mais comentados envolvia sua vida pessoal: mantinha um relacionamento escandaloso com uma mulher identificada apenas como Marina, com quem vivia no Hotel Central, o que afrontava os padrões morais da conservadora sociedade piumhiense. Marina não era aceita nos círculos sociais da elite. Mesmo assim, o juiz teria pressionado a empresa Irmãos Cassini, proprietária do Cinema Cassini, para garantir duas cadeiras centrais gratuitas para ele e sua amante.

O boletim termina com um apelo dramático ao governador: “*Só um povo cortado por injustiças, cansado de sofrer e sem lobrigar outros recursos, resolve pedir ao seu governador uma medida contra o seu magistrado*”. Os autores também questionam a sanidade mental do juiz, afirmando que “*tem dado mostras iniludíveis de que está seriamente atacado de suas faculdades mentais*” e que era conhecido como “*o tarado*” entre populares e até médicos da cidade.

Apesar da gravidade das denúncias, o juiz não foi afastado. Quatro meses depois, um novo boletim foi publicado.

Datado de 12 de abril de

1953, o segundo documento manteve o título “*Coisas que o povo deve saber*”, mas foi dirigido ao Procurador Geral do Estado. Desta vez, os signatários foram o Dr. Jair Ferreira Leite (médico), João Menezes (farmacêutico), Dr. Francisco Xavier (médico) e José Camilo Maciel (funcionário público). O conteúdo reafirma a indignação da população diante da permanência do juiz na Comarca, mesmo após a visita do subprocurador Marques Lopes, que abriu inquérito para apurar os fatos. Os autores lamentam que “*uma toga manchada pela mácula do crime*” ainda permanecesse em atividade, demonstrando que “*todos não são iguais perante a lei*”.

Além de retomar denúncias anteriores, os autores acrescentam uma nova e mais grave acusação: o juiz estaria praticando estelionato contra o Estado, ao receber indevidamente abono-família para suas filhas Ilka e Terezinha. Ilka havia se casado civilmente com Abib Lamha em 1949, na cidade de Bicas, enquanto Terezinha residia com a mãe no Rio de Janeiro. Mesmo assim, o juiz continuava a declarar, por meio de atestados falsos fornecidos por juizes de paz, que ambas viviam sob sua dependência econômica. A denúncia era acompanhada de certidões comprobatórias e solicitava formalmente que o caso fosse apurado conforme os artigos 171 (§3º) e 304 do Código Penal.

Ao final, o documento manifesta esperança de que, diante das provas apresentadas -- certidões, recibos e declarações falsas -- a Procuradoria movesse ação penal contra o magistrado.

Entretanto, a Justiça não se moveu. O juiz Alfredo Guimarães Chaves permaneceu no cargo até solicitar sua própria aposentadoria voluntária. O jornal *Alto S. Francisco*, então o principal meio de comunicação da região, jamais publicou qualquer notícia sobre as denúncias. A morosidade judicial e os possíveis apoios políticos que o juiz possuía nos altos escalões da Corregedoria o blindaram contra qualquer consequência.

Diante disso, sem alternativa legal eficaz e sentindo-se derrotados pelas vias formais, as lideranças do grupo concluíram que apenas o medo poderia provocar a retirada do magistrado da cidade. E assim começaram a arquitetar um plano audacioso e controverso que dará sequência à narrativa desta história, mas antes, procuramos indagar quem, de fato, foi Dr. Alfredo Guimarães Chaves?

Fale com o autor: professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. ‘Uma toga manchada pela mácula do crime’: boletins denunciam Dr. Alfredo Guimarães Chaves: escândalo silenciado. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 104, 15 jun. 2025. Memória Política Piumhiense, p. 2.

Quem foi, afinal, o juiz Dr. Alfredo Guimarães Chaves?

Em Piumhi o magistrado tornou-se uma figura ambígua, dividindo opiniões: para alguns um símbolo de justiça e retidão; para outros, uma mancha na toga da justiça em Minas Gerais.

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

No jornal Alto S. Francisco, de 21 de julho de 1946, lemos a seguinte nota: “*Dr. Alfredo Guimarães Chaves -- Promovido da Comarca de Alto do Rio Doce, encontra-se em Piumhi o novo Juiz de Direito desta comarca, Dr. Alfredo Guimarães Chaves. Sua Excelência veio precedido de justo renome e prestígio, obtidos por atuações brilhantes, sábias e que revelam sua integridade de caráter, fineza moral e cultura intelectual. Conhecedores dessas qualidades do ilustre magistrado, nossos círculos forenses mostram-se satisfeitos e confiantes por terem feito grande aquisição com sua nomeação. Ao Dr. Guimarães Chaves, nossa visita respeitosa.*” (Alto S. Francisco, edição nº 923, de 21/07/1946).

Logo ao assumir a jurisdição, Dr. Alfredo marcou uma sessão do Júri para 12 de agosto de 1946, a fim de julgar “importantes casos ainda pendentes” -- uma medida que demonstrou sua disposição em agilizar o serviço jurídico, atrasado devido à transferência de seu antecessor, Dr. José Nogueira de Acayaba. Durante o período em que a comarca esteve sem juiz titular, alguns serviços judiciais foram desempenhados por Bernardino Polcaro, então juiz municipal. Assim que se instalou em Piumhi, o novo juiz quis apresentar a região a seus amigos mais célebres, entre os quais o renomado escritor Malba Tahan, que lideraria uma expedição composta por fotógrafos e cinegrafistas encarregados de registrar os aspectos mais interessantes da visita (Alto S. Francisco, edição nº 926, de 25/08/1946).

ADVOGADO NO RJ

Natural do Rio de Janeiro, Alfredo Guimarães Chaves nasceu em 16 de outubro de 1903, filho de Alfredo Chaves e de Dona Zelinda do Rosário Guimarães Chaves. Era neto, por parte paterna, de Manoel Antônio da Silva Chaves e Ana Tereza de Abreu Chaves; e, por parte materna, do português Antônio Henrique Guimarães e de Eliza Ferreira do Rosário Guimarães. Estudou em bons colégios cariocas e, ainda em 1915, aos 12 anos, já era assinante da famosa revista infantil O Tico-Tico, onde chegou a publicar diversas soluções de problemas matemáticos -- revelando desde cedo seu fascínio pela ciência dos números.

Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro (atual UFRJ) em 1922, formando-se em 1927. Era colega de turma do Dr. Abel de Moraes Belo, filho do famoso Coronel Lourenço Belo, de Capitólio.

Casou-se no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1931, com a advogada e poetisa Carminda Alves Vieira, nascida em São Gonçalo (RJ), em 27 de abril de 1911, filha de Teóphilo Alves Pereira e Enedina Alves Vieira. O casamento foi um acontecimento social noticiado pelos principais jornais da capital federal. Uma dessas notícias relata: “*Foram paraninfos, no ato civil, o Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Dona Elisa Guimarães, avó do noivo; no ato religioso, o Sr. Alfredo Chaves e sua senhora. Os noivos partiram para São Paulo em viagem de núpcias.*” (Diário Carioca, ed. nº 973, de 28/08/1931, p. 5). A presença de Antônio Carlos, ex-presidente de Minas Gerais, como padrinho do casamento sugere sua influência na nomeação de Alfredo Chaves ao Judiciário mineiro. À época, Alfredo ainda exercia a advocacia no Rio de Janeiro. O casal teve



Dr. Alfredo Guimarães Chaves e D^a Carminda em fotos de casamento publicada na revista ‘Vida Doméstica’ de outubro de 1931

três filhas: 1) Ilka Vieira Chaves, nascida no Rio em 2 de novembro de 1932, foi jornalista. Casou-se em primeiras núpcias em Bicas (MG) com Abib Lamha e, viúva, com Walter Rodrigues, com quem teve quatro filhos. Morreu tragicamente em Recife, aos 43 anos, em 21 de abril de 1976, vítima de queimaduras generalizadas; 2) Iza Maria Guimarães Chaves, nascida em Alto do Rio Doce em 1934, foi batizada na Matriz de Engenho Velho com o Dr. Antônio Carlos e sua filha Ilda como padrinhos. Faleceu no Rio em 20 de abril de 1935, com apenas treze meses, vítima de pneumonia. Sua mãe, então hospedada no Pernambuco Hotel, declarou o óbito; e 3) Terezinha Guimarães Chaves, sobre quem não foram localizadas mais informações. Carminda faleceu em Taguatinga (DF), em 10 de outubro de 1982, aos 71 anos.

MAGISTRATURA EM MG

Em 1929, Alfredo deixou a advocacia para trabalhar na Corte de Apelação do Rio de Janeiro, onde percebeu sua vocação para a magistratura. Em 1931, com o apoio de seu padrinho de casamento, Antônio Carlos da Andrada (famoso político mineiro), foi nomeado Juiz Municipal de Uberlândia, cargo que exerceu até 1932, sendo então transferido para Bicas (MG). Em agosto de 1936, foi promovido a Juiz de Direito da Comarca de Alto do Rio Doce, de 1ª entrância.

Durante o Estado Novo, alinhou-se ao regime vigente. Em 1938, inaugurou os retratos de Getúlio Vargas e do governador Benedito Valadares no fórum local, em solenidade de grande repercussão social.

Com a redemocratização em 1945, envolveu-se em uma grave controvérsia eleitoral. Alegando ter sido desacatado e ameaçado de morte pela polícia a mando do prefeito, abandonou a comarca. O episódio chegou ao conhecimento do Tribunal Superior Eleitoral: “*Acabo de receber telegrama do juiz eleitoral do Alto do Rio Doce, Dr. Alfredo Guimarães Chaves, informando ter sido obrigado a abandonar a comarca (...).*” (Correio da Manhã, ed. nº 15.605, de 15/09/1945, p. 12).

Apurados os fatos, constatou-se exagero na denúncia, possivelmente fruto de rivalidades políticas. Para garantir sua segurança, o TRE-MG o removeu da comarca e o nomeou Juiz de Direito de Piumhi em 1946.

‘INTELIGÊNCIA VIVA’

Dr. Alfredo era notório por sua inteligência e múltiplos talentos. Apaixonado por matemática, publicou textos na revista Al-Karismi, de Malba Tahan, incluindo a história “Os Três Filósofos”. Segundo relatos, chegou a sugerir uma grafia matemática para o nome da cidade: π -1-f --



uma sátira às frequentes mudanças toponímicas de Piumhi.

Possuía memória extraordinária. Em um julgamento, ao ouvir uma testemunha afirmar que havia lido na noite do crime, contestou-a: consultou um calendário e demonstrou que era noite de lua nova. Sua fama era tal que, segundo relatos locais, qualquer dúvida sobre datas era levada a ele: -- “*Meritíssimo, 7 de fevereiro de 1890 caiu em que dia da semana?*” Em 1953, por ocasião de seu aniversário, o Alto S. Francisco publicou um tributo: “*Dono de inteligência viva, o Dr. Guimarães Chaves é considerado uma das maiores autoridades em jurisprudência. Cultor das ciências exatas, é também um espírito liberal e um cavalheiro de finco trato...*” (Alto S. Francisco, ed. nº 1.119, de 18/10/1953).

UMA FIGURA AMBÍGUA

Ovídio Arantes de Melo, seu vizinho, assim o descreveu: “*Era alto, magro, com deficiência na andar e nos movimentos. Tinha dificuldades para falar e escrever. Para assinar, apoiava-se fortemente sobre a mesa. Apesar disso era inteligentíssimo, matematico admirado, e observador do céu com seu telescópio do alpendre de casa paroquial.*”

Ernani Silveira complementou a caracterização: “*Seu quarto era maior para acomodar a vasta biblioteca. Quase não saía de casa, exceto para o trabalho. Gastava a maior parte do salário com livros.*”

Por fim, uma carta datada de 9 de junho de 1947, encontrada no Instituto Malba Tahan, endereçada ao Professor Mello e Souza (Malba Tahan), revela o carinho de Dr. Alfredo pela matemática e seu desejo de levar o amigo para conhecer Piumhi e as nascentes do rio São Francisco. Nela, confessa: “*Em dezembro, se as eleições permitirem irei ao Rio e procurá-lo-ei como sempre.*”

Assim como costuma ocorrer com grandes lideranças, o Dr. Alfredo tornou-se uma figura ambígua em Piumhi: para alguns símbolo de justiça e retidão; para outros, uma mancha na toga da justiça mineira. De todo modo, era consenso que Dr. Alfredo se destacava como um homem erudito, inteligente e culto em meio a uma sociedade majoritariamente analfabeta e ignorante.

Fale com o autor
professorluismelo@gmail.com

HONRA EM JULGAMENTO

Conflito entre o Juiz Alfredo e o deputado Maurício de Andrade

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Os embates políticos em Piumhi nos tempos de PSD e UDN não se limitaram aos contornos geográficos do município, mas estenderam até a capital do Estado e do país. Prova disso, foi um acirrado conflito institucional entre o juiz de direito, Dr. Alfredo Guimarães, e o deputado estadual Maurício de Andrade, majoritário na cidade e membro do Partido Social Democrático (PSD). O caso extrapolou os limites geográficos da comarca e assumiu contornos de crise entre os poderes Judiciário e Legislativo, tendo como palco maior a tribuna da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O estopim da controvérsia se deu na sessão de 9 de outubro de 1953, quando o deputado Maurício de Andrade, em pronunciamento oficial reproduzido no *Diário da Assembleia*, acusou o juiz de Piumhi de condutas gravíssimas. Segundo ele, o magistrado teria “*absolvido criminoso mediante recibo de Cr\$ 5.000,00*”.

Tais declarações repercutiram de forma intensa na cidade e em todo estado, sendo amplificadas por meio de boletins locais. Indignado, o juiz Alfredo Guimarães rompeu o silêncio institucional e decidiu redigir uma carta de defesa endereçada ao Desembargador Arnaldo Alencar Araripe, então Corregedor de Justiça, cuja íntegra foi publicada nas páginas do jornal regional *Alto S. Francisco*, em 8 de novembro de 1953, sob o título “Um Juiz se dirige ao Corregedor”.

As palavras utilizadas por Alfredo Guimarães ao rebatê-las são categóricas: “Tal acusação é profundamente injuriosa e desprovida de qualquer fundamento. Não recebi, nem receberia jamais, qualquer quantia para absolver quem quer que seja.”

Sentindo-se vítima de um “grave insulto”, o juiz afirma que, embora impedido de promover ação penal contra o deputado devido à imunidade parlamentar, não poderia manter-se em silêncio. Reconhece que calar-se “seria uma fraqueza” e uma “confissão tácita”. Por isso, decide recorrer formalmente ao Corregedor de Justiça, expondo os fatos e pedindo providências: “Dirijo-me a V. Excia. para protestar contra



O Juiz de Direito Dr. Alfredo Chaves e o deputado Maurício de Andrade: o embate entre o judiciário e legislativo por motivações políticas

semelhante violência moral e jurídica.”

Guimarães afirma que é “certo de que não goza da simpatia” do deputado, mas defende sua atuação com base no “cumprimento do dever” e nas “exigências do decoro do cargo”. Ele argumenta que jamais se deixou conduzir por qualquer sentimento de vingança ou orientação partidária, e que agiu “no estrito cumprimento da lei”. Quanto ao processo movido contra o suposto adversário político, enfatiza: “Não foi por inspiração política que movi o processo. A minha atuação no caso foi exclusivamente jurídica, como se impõe a um magistrado imparcial.”

Um dos pontos mais incisivos da carta é quando o juiz chama o deputado de: “um vil injuriador, um irresponsável difamador”.

O juiz também recusa o que chama de “desrespeito solícito” do deputado, que, ao final de sua fala na Assembleia, teria se dirigido ao próprio Corregedor com as seguintes palavras: “com a minha consciência tranquila, quero que o senhor Deputado Maurício Andrade e um vil injuriador, um irresponsável difamador”.

Por fim, Alfredo Guimarães encerra sua carta com um apelo direto e confiante à autoridade superior: “Confio em que V. Excia. dará o devido apreço à minha atitude e tomará a sério as injúrias de que fui vítima.”

A publicação da carta no *Alto S. Francisco* não foi apenas um gesto de autodefesa. Ela ganha contornos maiores ao ser interpretada como uma reação institucional do Judiciário frente a uma

acusação pública e política, feita em ambiente parlamentar e reproduzida à exaustão no ambiente local. A mesma edição do jornal ainda contextualiza, em matéria separada, o ambiente político local como tenso e fragmentado, mencionando que era “difícilmente lograda” qualquer tentativa de entendimento entre UDN e PSD no cenário municipal.

Dr. Alfredo pediu a instauração de uma sindicância para investigar a veracidade ou não das acusações e coloca sua toga à disposição se algo de ilícito ficasse comprovado. Desafiou o deputado a fazer prova de suas acusações, certo de que elas não existiam. Disse mais que se tivesse se corrompido não seria digno de permanecer na “magistratura mineira cujas tradições de honradez e de probidade eu não quereria, com minha presença, no cargo, manchar e conspurcar”.

Diante disso, o gesto de Alfredo Guimarães revela-se não só como uma defesa de sua conduta, mas como uma afirmação da independência judicial diante das pressões e ataques políticos locais. A carta funciona como um documento histórico importante sobre os limites entre a crítica parlamentar e o respeito às instituições republicanas -- especialmente em pequenas cidades interioranas onde os papéis do juiz e do político muitas vezes se confrontavam diretamente no campo das disputas de poder.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com